



**Processo nº:** 27.095/2007-A (4 volumes)

**Apensos nºs:** 040.002.592/2007 (3 volumes); 040.001.380/2007 (1 volume); 040.003.742/2006 (1 volume); 060.017.445/2006 (4 volumes); e 060.005.417/2007 (8 volumes)

**Jurisdicionada:** Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF

**Assunto:** Tomada de Contas Anual – TCA

**Parecer:** Procuradora Cláudia Fernanda de Oliveira Pereira

**Valor Envolvido:** R\$ 1.287.475.414,80 (montante em exame<sup>1</sup>)

**Ementa:** **Tomada de Contas Anual – TCA.** Secretaria de Saúde do Distrito Federal – SES/DF. Exercício financeiro de 2006. Item VII da Decisão nº 544/2010 (Processo nº 3.769/2004): autorizou o sobrestamento das contas anuais da SES/DF relativas aos exercícios de 2004 a 2006, em razão das irregularidades apuradas nos contratos de vigilância, no âmbito de auditoria de regularidade. Exame inicial. Decisão nº 2.877/2014: determinou a audiência dos gestores em razão das impropriedades verificadas pelo Controle Interno, diante da possibilidade de julgamento irregular das contas, expediu diligências à SES/DF, e condicionou o levantamento do sobrestamento dos autos, afastando a eficácia do inciso VII da Decisão nº 544/2010, até a apreciação das razões de justificativa que viessem a ser apresentadas. Análise das razões de justificativa apresentadas. Decisão nº 1.918/2016: expediu diligência à SES/DF, determinou à Controladoria-Geral do DF que instaurasse procedimento investigatório e, se necessário, TCE quanto às impropriedades apontadas no subitem 5.2 (indícios de prejuízo para a SES/DF na execução de convênio por instituição conveniente) do Relatório de Auditoria nº 53/2008, e determinou o sobrestamento do exame dos autos até o deslinde do Processo nº 3.770/2004. Decisão nº 3.697/2017: chamou em audiência os responsáveis para que se manifestassem acerca do impacto, na TCA em exame, dos fatos analisados na Ação Civil Pública nº 2008.01.1.020152-4 e no Processo nº 7.980/2007,

<sup>1</sup> Valor total das Receitas/Despesas constantes no Balanço Financeiro do exercício em referência (fl. 151 do Processo nº 040.002.592/2007).



ante a possibilidade de julgamento irregular das contas. **Nesta fase:** exame das razões de justificativa apresentadas, em atendimento a Decisão nº 3.697/2017, e proposta de julgamento das contas. **Corpo Técnico:** pela procedência parcial das justificativas e pelo levantamento do sobrestamento determinado pelo item IV da Decisão nº 1.918/2016. Propõe julgamento das contas irregulares para uns, regulares com ressalvas para outros e regulares para os demais. **Ministério Público:** aquiesce parcialmente. Diverge em relação às falhas que refletem no julgamento das contas irregulares. **Voto divergente:** pelo sobrestamento do exame dos autos até o deslinde do Processo nº 34.926/2011, autuado em atendimento aos itens V e VII da Decisão nº 5.645/2011, no bojo do Processo nº 3.769/2004.

## RELATÓRIO

Tratam os autos de Tomada de Contas Anual – TCA dos ordenadores de despesas, agentes de material e demais responsáveis da Secretaria de Estado de Saúde – SES/DF, referente ao exercício financeiro de 2006.

No período ao qual se referem estas contas anuais, os responsáveis pela jurisdicionada foram:

### ORDENADORES DE DESPESAS E DEMAIS RESPONSÁVEIS

NOME	CARGO/FUNÇÃO	PERÍODO
José Geraldo Maciel	Secretário de Estado	01.01 a 30.12.06
José Maria Freire	Subsecretário de Apoio Operacional	01.01 a 14.05.06 20.05 a 21.05.06 29.05 a 11.06.06 12.07 a 05.11.06
Ornel Costa de Azevedo	Subsecretário de Apoio Operacional	06.11 a 31.12.06
Ronaldo Mendes de Oliveira Castro Filho	Subsecretário de Apoio Operacional/Substituto	15.05 a 17.05.06 22.05 a 28.05.06 12.06 a 11.07.06
Regina Célia Baptista Lage	Subsecretário de Apoio Operacional/Substituto	18.05 a 19.05.06
Ângela Ramos	Diretora de Serviços Auxiliares	01.01 a 31.12.06

Fonte: Certificado de Auditoria nº 53/2008 (fl. 731 do Processo nº 040.002.592/2007).



**AGENTES DE MATERIAL**

<b>NOME</b>	<b>CARGO/FUNÇÃO</b>	<b>PERÍODO</b>
Paulo Fernando Andrade	Gerente de Assistência Farmacêutica Ambulatorial	01.01 a 18.07.06
José Paulo Vieira de Castro	Gerente da Gerência de Produção de Abastecimento de Material de Almoxxarifado	01.01 a 31.12.06
Adinélia Viana de Brito	Núcleo de Controle e Movimentação de Estoque	01.01 a 12.03.06 28.03 a 13.08.06 29.08 a 31.12.06
Cristiano Gomes Bezerra	Núcleo de Controle e Movimentação de Estoque/Substituto	13.03 a 27.03.06
Ramom Gomes Vieira	Núcleo de Controle e Movimentação de Estoque/Substituto	14.08 a 28.08.06
Emanuel Marc-Luz M. e Rocha	Núcleo de Materiais de Infraestrutura e Obras	01.01 a 31.12.06
Gerson José Leal Carneiro	Núcleo de Materiais de Infraestrutura e Obras/Substituto	12.07 a 10.08.06
Aparecida Maria Batista do Vale	Chefe do Núcleo de Suprimento/GEMA/DSM	01.01 a 02.01.06 10.06 a 27.06.06
Hamilton José de Sousa	Chefe do Núcleo de Suprimento/GEMA/DSM/Substituto	02.01 a 31.01.06
Anália da Silva Maria Oliveira	Chefe do Núcleo de Suprimento/GEMA/DSM/Substituto	01.02 a 15.02.06 29.04 a 30.05.06 08.12 a 22.12.06
Anderson de Jesus dos Santos	Chefe do Núcleo de Suprimento/GEMA/DSM/Substituto	16.02 a 28.04.06 31.05 a 09.06.06
Anderson de Jesus dos Santos	Chefe do Núcleo de Suprimento/GEMA/DSM	28.06 a 07.12.06 23.12 a 31.12.06
Carlos Alberto de Lima Pinheiro	Chefe do Núcleo de Transportes e Atividades Gerais	01.01 a 21.05.06 21.06 a 31.12.06
Eni Neves da Silva	Chefe do Núcleo de Transportes e Atividades Gerais/Substituto	22.05 a 20.06.06
Adauri Mendes Nunes	Diretor do SAMU	01.01 a 31.05.06
José Antônio de Araújo	Gerente da Gerência de Produção de Abastecimento de Material de Almoxxarifado/Substituto	28.02 a 09.03.06 29.12 a 31.12.06
Fernando Cordeiro de Lima	Chefe do Núcleo Méd. de Alto Custo	19.07 a 31.12.06
William Camargo	Gerente da Unidade Mista de Taguatinga	01.01 a 22.05.06 26.07 a 10.11.06
Eunice Manito	Chefe da Farmácia	23.05 a 25.07.06
Eva Suzy Mendes A. Nacfur	Chefe do Núcleo de Farmácia	11.11 a 31.12.06
Rodrigo Sancio Lórra	Chefe do Núcleo de Farmácia do HRC	01.01 a 16.08.06
Cristiany Marques de Melo Milanez	Chefe do Núcleo de Farmácia do HRC	31.08 a 31.12.06
José Wilson da Silva Melo	Chefe do Núcleo de Material e Patrimônio da Reg. Saúde Ceilândia	01.01 a 08.01.06 08.02 a 31.12.06
Raimunda Tereza Ribeiro Silva	Chefe do Núcleo de Material e Patrimônio da Reg. Saúde Ceilândia/Substituta	09.01 a 07.02.06
Célia de Castro Lima	Chefe do Núcleo de Material e Patrimônio/SES	31.01 a 31.12.06
Sérgio Ricardo de Souza	Chefe do Núcleo de Material e Patrimônio/SES/Substituto	01.01 a 30.01.06
Kênio Marlos Lemes Martins	Chefe do Núcleo de Farmácia do HRT	01.01 a 31.12.06



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

Fls.: 749

Proc.: 27.095/07

Alexandre  
Rubrica

NOME	CARGO/FUNÇÃO	PERÍODO
Adomilson Borges Barros	Chefe do Núcleo de Material e Patrimônio/HRT	01.01 a 08.01.06 08.02 a 09.07.06 09.08 a 31.12.06
Rosideile da Silva Marques	Chefe do Núcleo de Material e Patrimônio/HRT/Substituta	09.01 a 07.02.06 10.07 a 08.08.06
Núbia Maria Chagas	Chefe do Núcleo de Apoio Operacional da Unidade Mista de Taguatinga	01.01 a 15.01.06 31.01 a 03.12.06 19.12 a 31.12.06
João Lúcio Moreira	Chefe do Núcleo de Apoio Operacional da Unidade Mista de Taguatinga/Substituto	16.01 a 30.01.06 04.12 a 18.12.06
Daniel Luiz Boff	Gerente de Farmácia do HBDF	01.01 a 18.07.06
Marcos Antônio Ferreira	Gerente de Farmácia do HBDF	19.07 a 18.12.06
Liana Holanda Leite	Gerente de Farmácia do HBDF/Substituta	19.12 a 25.12.06
Ruy Leal de Figueiredo	Gerente de Farmácia do HBDF/Substituto	26.12 a 29.12.06
Antônio Neto de Sousa	Chefe do Núcleo de Material e Patrimônio do HBDF	01.01 a 09.04.06 10.05 a 31.12.06
Benedito Pereira Teles	Chefe do Núcleo de Material e Patrimônio do HBDF	10.04 a 09.05.06
Ademar Gama Pires	Chefe do Núcleo de Material e Patrimônio/HRS	01.01 a 31.05.06
Moacir Martins Carlos	Chefe do Núcleo de Material e Patrimônio/HRS/Substituto	01.06 (Não consta período final, 060.017.445/06)
Conceição de Maria Barbosa Rodrigues	Chefe da Farmácia/HRS	01.01 a 11.07.06 22.07 a 31.12.06
Patrícia Frechiani Teixeira	Chefe da Farmácia/HRS/Substituta	12.07 a 21.07.06
Hugo Flávio Silva Neves	Chefe do Núcleo de Materiais e Atividades Gerais/DRS/CNBRF	01.01 a 31.01.06 03.03 a 31.12.06
Cláudio Paiva de Mendonça	Chefe do Núcleo de Materiais e Atividades Gerais/DRS/CNBRF/Substituto	01.02 a 02.03.06
Miriam dos Anjos Santos	Diretora da Vigilância Ambiental em Saúde	01.01 a 31.01.06 21.02 a 09.07.06 20.07 a 31.12.06
Cristiane de Oliveira	Diretora da Vigilância Ambiental em Saúde/Substituta	01.02 a 20.02.06 10.07 a 19.07.06
Adriana Maria Gonçalves	Chefe do Núcleo de Material e Patrimônio/HRSam	01.01 a 12.03.06 28.03 a 09.07.06 25.07 a 31.12.06
Antônio dos Santos Bonádio	Chefe do Núcleo de Material e Patrimônio/HRSam/Substituto	13.03 a 27.03.06
Robervaldo Néri Torres	Chefe do Núcleo de Material e Patrimônio/HRSam/Substituto	10.07 a 24.07.06
Quênia Teixeira de Moura	Hospital Regional de Samambaia	17.01 a 15.02.06
Kátia Isabel dos Santos	Hospital Regional de Samambaia	01.01 a 10.01.06
Sinthia Ferreira da Fonseca	Farmacêutico/HRBz	21.03 a 31.12.06
Goiânio Gomes de Moura	Núcleo de Material e Patrimônio/HRBz	01.01 a 16.04.06 02.05 a 30.11.06 16.12 a 31.12.06
Antônio Jairo de Sousa Santos	Núcleo de Material e Patrimônio/HRBz/Substituto	17.04 a 01.05.06 01.12 a 15.12.06



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

Fls.: 750

Proc.: 27.095/07

Alexandre  
Rubrica

NOME	CARGO/FUNÇÃO	PERÍODO
Waldelice Leite de Oliveira	Chefe do Núcleo de Farmácia do HRGU	01.01 a 09.01.06 20.01 a 25.06.06 14.04 a 31.12.06
Zélia Maria Barbosa Mendes	Chefe do Núcleo de Farmácia do HRGU/Substituta	10.01 a 19.01.06 26.06 a 13.04.06
Marli Fernandes Guedes	Chefe da Farmácia da Diretoria de Saúde do Trabalhador	30.06 a 31.12.06
Marília Soares Martins Pinheiro Nogueira	Diretora de Atenção à Saúde/DRS S.Sebastião	01.01 a 20.09.06 01.10 a 31.12.06
Eduardo Franklin de Medeiros	Diretora de Atenção à Saúde/DRS S.Sebastião/Substituto	21.09 a 30.09.06
Sandra Duarte Nobre Mauch	Diretoria de Atenção à Saúde/DRS S.Maria	01.02 a 10.02.06 01.12 a 20.12.06
Jaime Miranda Parca	Diretoria de Atenção à Saúde/DRS S.Maria	01.02 a 10.02.06 01.12 a 20.12.06
Luiz Gonzaga Guimarães	Diretor de Assistência Farmacêutica	01.01.06 22.01 a 02.07.06 12.07 a 18.07.06
Kátia Martins da Silva	Diretora de Assistência Farmacêutica/Substituta	02.01 a 21.01.06 03.07 a 12.07.06
Paulo Fernando Andrade	Diretor de Assistência Farmacêutica - DIASF	19.07 a 31.12.06
Antônio Roberto dos Santos Guedes	Chefe do Núcleo de Material e Atividades Gerais-COMPP	01.01 a 12.03.06 02.04 a 16.07.06 06.08 a 31.12.06
Antônio Pedro Torres	Chefe do Núcleo de Material e Atividades Gerais-COMPP/Substituto	13.03 a 01.04.06 17.07 a 05.08.06
Cerize Helena Souza Sales	Chefe do Núcleo de Material e Patrimônio-LACEN	01.01 a 22.01.06 12.02 a 01.10.06 11.10 a 31.12.06
Luiz Américo Ferreira do N. Milhomen	Chefe do Núcleo de Material e Patrimônio-LACEN/Substituto	23.01 a 11.02.06 02.10 a 11.10.06
Rommilton Vieira de Sousa	Chefe do Núcleo de Material e Patrimônio HSVP	01.01 a 31.12.06
Siminton Jardim Mosti	Chefe do Núcleo de Material e Atividades Gerais	27.03 a 31.12.06
José Marcos	Chefe do Núcleo de Material e Atividades Gerais	17.07 a 31.07.06
Hugo Flávio Silva Neves	Chefe do Núcleo de Materiais e Atividades Gerais	01.01 a 31.12.06
Cláudia Carmona Gomes da Silva	Chefe do Núcleo de Material e Patrimônio-F. Hemocentro de Brasília	31.05 a 31.12.06
Kelb Marcos Moreira Martins	Chefe do Núcleo de Farmácia do HRAN	03.03 a 31.12.06
Sebastião Pereira da Silva	Chefe do Núcleo de Material e Patrimônio do HRAN	01.01 a 09.06.06 10.07 a 31.12.06
Jairo Flausino Amor	Chefe do Núcleo de Material e Patrimônio do HRAN/Substituto	10.06 a 09.07.06
Marcos Rocildes Abreu	Chefe da Farmácia do 2º Batalhão de Busca e Salvamento	10.02 a 31.12.06
Major QOBM/Com. Ricardo dos Santos Rodrigues	Chefe da Farmácia do 2º- Batalhão de Busca e Salvamento/Substituto	01.01 a 09.02.06



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

Fls.: 751

Proc.: 27.095/07

Alexandre  
Rubrica

NOME	CARGO/FUNÇÃO	PERÍODO
Rozana Alexandra da Silva Sousa	Núcleo de Farmácia do HSVP	01.01 a 15.06.06 06.07 a 21.07.06 12.10 a 31.12.06
Márcia Christina Medina Nascimento	Núcleo de Farmácia do HSVP/Substituto	16.06 a 05.07.06 22.09 a 11.10.06 (Informal)
Marly Lucas de Oliveira	Chefe do Núcleo de Material e Atividades Gerais/DRSRec.Emas	01.01 a 22.01.06 07.02 a 18.07.06 03.08 a 31.12.06
Jussara de Araújo Leal Ferreira	Chefe do Núcleo de Material e Atividades Gerais/DRSRec.Emas/Substituta	23.01 a 06.02.06
José Ribamar dos Santos	Chefe do Núcleo de Material e Atividades Gerais/DRSRec.Emas/Substituto	19.07 a 02.08.06
Walter Paulo Filho	Núcleo de Farmácia do HRAS	01.01 a 31.12.06
Lourinaldo Nunes de Siqueira	Chefe do Núcleo de Material e Patrimônio/HRAS	01.01 a 31.01.06 11.02 a 10.07.06 31.07 a 31.12.06
Edmilson Aquino Teixeira	Chefe do Núcleo de Material e Patrimônio/HRAS/Substituto	01.02 a 10.02.06 11.07 a 30.07.06
Kátia Maria Braz da Cunha	Núcleo de Insumos para a Atenção Básica	22.01 a 25.07.06 05.08 a 31.12.06
Antônio Roberto Ramos	Núcleo de Insumos para a Atenção Básica/Substituto	01.01 a 21.01.06
Glícia Listosa Cabral Barbosa	Núcleo de Insumos para a Atenção Básica/Substituta	26.07 a 04.08.06
Patrícia Vilela Guimarães	Unidade Farmacêutica/HRPI	01.01 a 01.05.06 01.06 a 31.12.06
Elizabeth Paranhos Pinto	Unidade Farmacêutica/HRPI	02.05 a 31.05.06
Wilmar Gomes da Silva	Chefe do Núcleo de Material e Patrimônio/HRP	01.01 a 09.03.06 30.03 a 01.10.06 17.10 a 31.12.06
William da Cunha Ribeiro Mendonça	Chefe do Núcleo de Material e Patrimônio/HRP/Substituto	10.03 a 29.03.06 02.10 a 16.10.06
Kátia Fernanda Leão Coelho de Andrade	Farmácia do Instituto de Saúde Mental	19.01 a 31.12.06
Carlos Alberto Lima Pinheiro	Chefe do Núcleo de Transportes e Atividades Gerais /ISM	01.01 a 21.05.06 21.06 a 31.12.06
Eni Neves da Silva	Chefe do Núcleo de Transportes e Atividades Gerais /ISM/Substituta	22.05 a 20.06.06
Daniel Divino de Almeida	Farmácia do Convênio "Correios"	01.01.06, 22.02 a 02.07.06 13.07 a 31.12.06
Kátia Martins da Silva	Farmácia do Convênio "Correios"/Substituta	02.01 a 21.01.06 03.07 a 12.07.06
Suzana Ilha	Chefe do Núcleo de Imunização	01.01 a 31.12.06
Teobaldo Santos Almeida	Chefe da Farmácia do HRG	01.01 a 31.12/06
Silvânio Soares de Souza	Chefe do Núcleo de Material e Patrimônio HRG	01.01 a 31.12.06
Mirna Poliana Furtado de Oliveira	Chefe do Núcleo de Farmácia do HRParanoá	10.03 a 31.12.06
Fernanda Kelly de Carvalho	Chefe do Núcleo de Farmácia do HRParanoá/Substituta	01.01 a 09.03.06
Alzira de Carvalho Bróstel Figueiredo	Núcleo de Farmácia do HAB	01.01 a 31.12.06



## TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

Fls.: 752

Proc.: 27.095/07

Alexandre  
Rubrica

NOME	CARGO/FUNÇÃO	PERÍODO
Moacir Gemino Martins	Chefe do Núcleo de Material e Patrimônio/HAB	01.01 a 05.04.06 21.04 a 01.07.06 18.07 a 31.12.06
Washington Felipe de Sousa	Chefe do Núcleo de Material e Patrimônio/HAB/Substituto	06.04 a 20.04.06 02.07 a 17.07.06

Fonte: Certificado de Auditoria nº 53/2008 (fls. 731/738 do Processo nº 040.002.592/2007).

O Controle Interno emitiu o Certificado de Auditoria nº 053/2008 (fls. 731/738 do Processo nº 040.002.592/2007) de Irregularidade das Contas, nos termos a seguir (fl. 738 do Processo nº 040.002.592/2007):

*Face ao exposto, certificamos que o Balanço Patrimonial, demais Demonstrações Financeiras e Anexos, que compõem a Tomada de Contas Anual, relativa ao exercício de 2006, podem ser apreciados pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal, com as impropriedades contidas nos subitens 2.1.2, 3, 4.1.4.1, 4.2.4.2, 6, 7, 8 e 9.2.7 e das irregularidades constantes dos subitens 2.1.1, 2.1.3 a 2.1.6, 4.1.1.1, 4.1.2.1, 4.1.3, a 4.1.4.3, 4.2.1 a 4.2.3, 4.2.5, 5.1 a 5.7, 9.1, 9.2, 9.2.1 a 9.2.6, 9.2.8 e 10, do Relatório de Auditoria nº 053/2008, pelo que emitimos o presente Certificado de Auditoria de Irregularidade.*

Na Sessão Ordinária nº 4.697, de 17.06.2014, o Tribunal deliberou, por meio da Decisão nº 2.877/2014 (fls. 235/236), nos seguintes termos:

*O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento da tomada de contas anual dos Ordenadores de Despesa, Agentes de Material e demais responsáveis da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, referentes ao exercício de 2006; II – relevar a ausência da certidão de regularidade com a Fazenda do Distrito Federal do Sr. José Maria Freire; III – considerar: a) encerrada com base no inciso I do art. 13 da Resolução nº 102/98 (ressarcimento integral do dano pelo responsável), a TCE nº 030.005.013/2003; b) encerrada com base no inciso II do art. 13 da Resolução nº 102/98 (reaparecimento do bem), a TCE nº 275.000.263/2006; IV – determinar, com base no art. 13 da Lei Complementar nº 01/94, a audiência da Diretoria de Contabilidade, Orçamento e Finanças da Secretaria de Estado de Saúde-DICOF/UAG e dos gestores nominados no subitem 2.1 da Informação nº 154/13 (fl. 177), excetuando a Sr<sup>a</sup>. Regina Célia Baptista Lage e o Sr. Ronaldo Mendes de Oliveira Castro Filho, por não terem praticado atos*



irregulares de gestão, em razão das seguintes falhas apontadas no Relatório de Auditoria nº 53/2008, ante a possibilidade de terem suas contas julgadas irregulares: a) subitem 2.1.3-a – descrição genérica aposta em documentos; b) subitem 2.1.3-b – pagamentos a fornecedores, de exercícios anteriores, pendentes com processos autuados; c) subitem 2.1.4 – dívidas com fornecedores reconhecidas, publicadas e não pagas; d) subitem 2.1.5 – notas fiscais emitidas, pendentes de pagamentos e sem informação de autuação de processos de pagamento; e) subitem 2.1.6 – pendência de pagamentos a fornecedores – prestação de serviços; f) subitem 4.1.1.1 – falhas na Concorrência nº 2/2006-CPLS/SES – Processo nº 060.006.652/2006; g) subitem 4.2.1 – ausência de contrato e de emissão de nota de empenho; h) subitem 5.1 – irregularidades na prestação de contas de convênios firmados com o Ministério da Saúde; I – subitem 5.5-a – irregularidades verificadas no Convênio 07/2003 – SESDF x CBMDF; j) subitem 5.5-b – irregularidades verificadas no Convênio 21/2004 – SESDF x CBMDF; 5.7 – Convênio nº 001/2005 – SES x Fundação Zerbini (Processo nº 060.005.689/2006); V – determinar à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal que: a) informe o andamento dos processos relacionados no Relatório do Organizador das Contas nº 86/2007, relativos aos suprimentos de fundos que não tiveram o seu encerramento no final do exercício de 2006 (fls. 12/13 do Processo nº 040.002.592/2007); b) instaure procedimento investigatório e, se necessário, Tomada de Contas Especial quanto às impropriedades apontadas no item 5.2 (indícios de prejuízo para a SES/DF na execução de convênio por instituição conveniente) do Relatório de Auditoria nº 53/2008, dando conta ao Tribunal das medidas adotadas; VI – condicionar o levantamento do sobrestamento dos autos em exame, afastando a eficácia do inciso VII da Decisão nº 544/2010, até a apreciação das razões de justificativa que vierem a ser apresentadas em atenção ao inciso IV acima; VII – autorizar: a) o envio à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal de cópia do Relatório do Organizador das Contas nº 86/2007 e do Relatório de Auditoria nº 59/2007; b) a devolução dos autos à Secretaria de Contas, com vistas a adoção das providências que se fizerem necessárias. (grifei)

O Corpo Técnico, por meio da Informação nº 455/2015 – SECONT/2ªDICONT\* (fls. 459/492), analisou as razões de justificativa apresentadas. São suas palavras:

---

\* As folhas indicadas com (\*) referem-se às folhas do apenso - Processo nº 040.001.710/2014.



“(…)

5. *Nesse sentido, em face do decidido pelo Tribunal no item IV da Decisão n.º 2877/2014, foram emitidas as respectivas comunicações de audiência aos responsáveis, consoante indicado a seguir:*

Responsável	Expediente	Data de entrega	Fl.
José Geraldo Maciel	Comunicação n.º 289/2014 – SECONT/GAB	13/10/2014	389
José Maria Freire	Comunicação n.º 290/2014 – SECONT/GAB	10/10/2014	390
Ornel Costa de Azevedo	Comunicação n.º 291/2014 – SECONT/GAB	10/10/2014	391
Ângela Ramos	Comunicação n.º 292/2014 – SECONT/GAB	14/10/2014	392
Ivaldo de Mesquita Veras	Comunicação n.º 294/2014 – SECONT/GAB	13/10/2014	393

(…)

### CONCLUSÃO

135. *Foram analisadas as razões de justificativa apresentadas em face das falhas expostas nos subitens 2.1.3-a, 2.1.3-b, 2.1.4, 2.1.5, 2.1.6, 5.1, 5.5-a, 5.5-b, 4.1.1.1, 4.2.1 e 5.7 do Relatório de Auditoria n.º 53/2008 (fls. 664/730\*), já indicados no § 12 desta instrução.*

136. *À vista do relatado, concluímos que as justificativas ofertadas conjuntamente pelos Srs. José Geraldo Maciel, José Maria Freire e Ornel Costa de Azevedo podem ser consideradas parcialmente procedentes.*

137. *As falhas tratadas nos subitens 2.1.3-b, 2.1.4, 2.1.6, 5.1, 5.5-a e 5.5-b foram integralmente elucidadas, não devendo impactar as contas anuais em exame. Já a falha consignada no subitem 2.1.3-a, considerando sua natureza meramente formal, deve repercutir somente com aposição de ressalva às contas.*

138. *Por sua vez, as falhas veiculadas nos subitens 2.1.5, 4.1.1.1, 4.2.1 e 5.7 tiveram suas razões de justificativa consideradas improcedentes, na medida em que não permitiram elidir os apontamentos indicados pelo Órgão Central de Controle Interno.*

139. *Em vista disso, podem ser julgadas irregulares, com fundamento no artigo 17, inciso III, “b”, da Lei Complementar n.º 1/1994 c/c o disposto no artigo 167, inciso III, “b”, do RI/TCDF, as contas dos Srs. José Geraldo Maciel (então Secretário de Estado), José Maria Freire e Ornel Costa de Azevedo (Subsecretários de Apoio Operacional à época), em razão das irregularidades constantes dos seguintes*



*subitens do Relatório de Auditoria n.º 53/2008, bem como daquelas apuradas no âmbito do Processo n.º 7.980/2007 (consoante § 122 desta instrução):*

Subitens	Descrição
2.1.5	Notas fiscais emitidas, pendentes de pagamentos e sem informação de autuação de processos de pagamento.
4.1.1.1	Falhas na Concorrência n.º 2/2006-CPLS/SES – Processo n.º 060.006.652/2006.
4.2.1	Ausência de contrato e de emissão de nota de empenho.
5.7	Convênio n.º 001/2005 – SES x Fundação Zerbini (Processo n.º 060.005.689/2006).

140. *Adicionalmente, importa ressaltar que o Sr. José Geraldo Maciel foi condenado por ato de improbidade administrativa, nos termos do art. 10, VIII e XI, da Lei n.º 8.429/1992, consoante sentença condenatória (fls. 456/458) proferida nos autos do Processo TJDFT n.º 2008.01.1.020152-4 (análise aos §§ 129 a 134 desta instrução). Contudo, face proposta de julgamento pela irregularidade de suas contas pelos motivos já expostos, entendemos dispensável a abertura de audiência por esse fato.*

141. *Quanto às justificativas apresentadas pela Sr.ª Ângela Ramos, concluímos que as falhas objeto da audiência determinada no item IV da Decisão n.º 2877/2014 não estão relacionadas com a função que a justificante desempenhou durante a gestão analisada, de forma que não devem macular suas contas.*

142. *Nesse sentido, entendemos que as contas da Sr.ª Ângela Ramos, então Diretora de Serviços Auxiliares, podem ser julgadas **regulares com ressalvas**, com fundamento no artigo 17, inciso II, da Lei Complementar n.º 1/1994 c/c o disposto no artigo 167, inciso II, do RI/TCDF, face as impropriedades consignadas nos seguintes subitens do Relatório de Auditoria n.º 53/2008:*

Subitens	Descrição
2.1.2	Procedimento adotado pela SES/DF para autuação de processos.
9.1	Preenchimento incompleto de campos da documentação relativa ao uso de carro oficial.
9.2.7	Controle na utilização de veículos – consumo excessivo de combustível.
9.2.8	Veículos a serem leiloados expostos à ação do tempo.

143. *Quanto às razões de justificativas franqueadas pelo Sr. Ivaldo de Mesquita Veras, então Diretor de Contabilidade, Orçamento e Finanças, entendemos que o Tribunal pode considerar procedentes as justificativas apresentadas, de modo que não vislumbramos a possibilidade de aplicar-lhe a multa prevista no art. 57, II, da Lei Complementar n.º 1/1994.*



144. Já em relação aos agentes de material, faz-se necessário ressaltar que as falhas indicadas pelo Órgão Central de Controle Interno no Relatório de Auditoria n.º 53/2008 foram verificadas apenas nas seguintes unidades da SES/DF: Farmácia do Hospital Regional de Taguatinga – HRT, Farmácia Central – DIASF, Farmácia de Ações Judiciais e Gerência de Abastecimento.

145. Nesse sentido, correlacionando os locais das impropriedades aos titulares/substitutos listados no item 2.2 da Informação n.º 154/2013 – SECONT/2ª DICONT (fls. 178/183), entendemos que o Tribunal pode **julgar regulares com ressalvas**, com fundamento no artigo 17, inciso II, da Lei Complementar n.º 1/1994 c/c o disposto no artigo 167, inciso II, do RI/TCDF, as contas dos agentes a seguir relacionados:

Subitens	Descrição	Unidade	Responsáveis
4.1.4.3	Controles deficientes no recebimento de órteses e próteses.	Farmácia do Hospital Regional de Taguatinga – HRT	Kênio Marlos Lemes Martins (Chefe do Núcleo de Farmácia do HRT)
9.2	Inventário de materiais.	Gerência de Abastecimento	José Paulo Vieira de Castro (Gerente da Gerência de Produção de Abastecimento de Material de Almocharifado)
9.2.1	Farmácia Central.	Farmácia Central – DIASF	Luiz Gonzaga Guimarães (Diretor de Assistência Farmacêutica – DIASF)
			Kátia Martins da Silva (Diretora de Assistência Farmacêutica – DIASF)
			Paulo Fernando Andrade (Diretor de Assistência Farmacêutica – DIASF)
9.2.3	Farmácia do Hospital Regional de Taguatinga – HRT.	Farmácia do Hospital Regional de Taguatinga – HRT	Kênio Marlos Lemes Martins (Chefe do Núcleo de Farmácia do HRT)
9.2.5	Farmácia de Ações Judiciais.	Farmácia de Ações Judiciais	Fernando Cordeiro de Lima (Chefe do Núcleo Méd. de Alto Custo)
9.2.6	Materiais inservíveis ou obsoletos mantidos em estoque.	Gerência de Abastecimento	José Paulo Vieira de Castro (Gerente da Gerência de Produção de Abastecimento de Material de Almocharifado)



146. Ademais, pode a Corte julgar **regulares** as contas dos demais agentes de material indicados na instrução inicial, bem como dos gestores Ronaldo Mendes de Oliveira Castro Filho e Regina Célia Baptista Lage, com fundamento no artigo 17, inciso I, da Lei Complementar n.º 1/1994 c/c o disposto no artigo 167, inciso I, do RI/TCDF.

147. Por fim, cumpre ressaltar que, em razão das ressalvas elencadas, caberia a determinação das medidas corretivas consignadas no art. 19 da Lei Complementar n.º 1/1994. Entretanto, visto que as contas em apreço se referem ao exercício de 2006, entendemos que tal deliberação mostra-se inoportuna, podendo ser desconsiderada por esta Corte.

### SUGESTÕES

148. Ante o exposto, sugerimos ao egrégio Plenário que:

I. tome conhecimento das razões de justificativa acostadas às fls. 407/411 (anexo às fls. 412/420), 421/422 (anexo às fls. 423/424) e 425/445 (anexos I a XII);

II. julgue, em consequência:

a) **irregulares**, com fundamento no artigo 17, inciso III, “b”, da Lei Complementar n.º 1/1994 c/c o disposto no artigo 167, inciso III, “b”, do RI/TCDF, as contas dos Srs. José Geraldo Maciel, José Maria Freire e Ornel Costa de Azevedo, referentes à gestão do exercício financeiro de 2006 da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF, em razão das irregularidades constantes dos subitens 2.1.5 - Notas fiscais emitidas, pendentes de pagamentos e sem informação de autuação de processos de pagamento; 4.1.1.1 - Falhas na Concorrência nº 2/2006-CPLS/SES – Processo nº 060.006.652/2006; 4.2.1 - Ausência de contrato e de emissão de nota de empenho; e 5.7 - Convênio nº 001/2005 – SES x Fundação Zerbini (Processo nº 060.005.689/2006); do Relatório de Auditoria n.º 53/2008 (fls. 664/730 do Processo n.º 040.002.592/2007), bem como, quanto aos Srs. José Geraldo Maciel e José



*Maria Freire, daquelas tratadas no âmbito do Processo n.º 7.980/2007 (parágrafo 122 desta instrução);*

- b) **regulares com ressalvas**, com fundamento no artigo 17, inciso II, da Lei Complementar n.º 1/1994 c/c o disposto no artigo 167, inciso II, do RI/TCDF, as contas da Sr.ª Ângela Ramos, referentes à gestão do exercício financeiro de 2006 da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF, em razão das impropriedades constantes dos subitens 2.1.2 – Procedimento adotado pela SES/DF para autuação de processos demonstrou ser antieconômico e dificulta a fiscalização pelo controle interno; 9.1 – Preenchimento incompleto de campos da documentação relativa ao uso de carro oficial; 9.2.7 – Controle na utilização de veículos – consumo excessivo de combustível; e 9.2.8 – Veículos a serem leiloados expostos à ação do tempo; do Relatório de Auditoria n.º 53/2008 (fls. 664/730 do Processo n.º 040.002.592/2007);
- c) **regulares com ressalvas**, com fundamento no artigo 17, inciso II, da Lei Complementar n.º 1/1994 c/c o disposto no artigo 167, inciso II, do RI/TCDF, as contas dos agentes de material Kênio Marlos Lemes Martins, em razão das impropriedades constantes dos subitens 4.1.4.3 - Controles deficientes no recebimento de órteses e próteses e 9.2.3 - Farmácia do Hospital Regional de Taguatinga – HRT; José Paulo Vieira de Castro, em razão das impropriedades constantes dos subitens 9.2 - Inventário de materiais e 9.2.6 - Materiais inservíveis ou obsoletos mantidos em estoque; Luiz Gonzaga Guimarães, Kátia Martins da Silva e Paulo Fernando Andrade, em razão da impropriedade constante do subitem 9.2.1 - Farmácia Central; e



*Fernando Cordeiro de Lima, em razão da impropriedade constante do subitem 9.2.5 - Farmácia de Ações Judiciais; do Relatório de Auditoria n.º 53/2008 (fls. 664/730 do Processo n.º 040.002.592/2007);*

- d) **regulares**, com fundamento no artigo 17, inciso I, da Lei Complementar n.º 1/1994 c/c o disposto no artigo 167, inciso I, do RI/TCDF, as contas dos agentes de material listados no item 2.2 da Informação n.º 154/2013 – SECONT/2ªDICONT (fls. 178/183), excluídos aqueles relacionados no item anterior, bem como dos gestores Ronaldo Mendes de Oliveira Castro Filho e Regina Célia Baptista Lage;

III. *delibere sobre a aplicação da penalidade prevista no parágrafo único do art. 20 da Lei Complementar n.º 1/1994 aos responsáveis indicados no item II, alínea “a”, notificando-os, se for o caso, a recolher o valor devido no prazo de 30 (trinta) dias e autorizando, desde logo, a adoção das medidas prevista no art. 29 da mesma Lei;*

IV. *considere, em conformidade com os termos da Decisão n.º 50/1998 e com o disposto nos incisos I e II, do art. 24, da Lei Complementar n.º 1/1994, os responsáveis indicados no item II, alíneas “b”, “c” e “d”, quites com o erário distrital, no que tange à presente tomada de contas anual;*

V. *considere procedentes as razões de justificativa apresentadas pelo Sr. Ivaldo de Mesquita Veras, então Diretor de Contabilidade, Orçamento e Finanças da SES/DF, insubsistindo, portanto, atos que ensejem a aplicação da multa capitulada no art. 57, II, da Lei Complementar n.º 1/1994;*

VI. *considere parcialmente cumpridas as diligências indicadas no item V da Decisão n.º 2.877/2014, determinando, adicionalmente, que as seguintes providências sejam ultimadas e informadas ao Tribunal no prazo de 30 (trinta) dias:*



- a) *à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF que informe o andamento da apuração em relação ao Processo de Suprimento de Fundos n.º 284.000.567/2006;*
- b) *à Controladoria-Geral do Distrito Federal – CGDF que instaure procedimento investigatório e, se necessário, tomada de contas especial quanto às impropriedades apontadas no item 5.2 (indícios de prejuízo para a SES/DF na execução de convênio por instituição conveniente) do Relatório de Auditoria n.º 53/2008;*

(...)

O Ministério Público de Contas, por intermédio do Parecer n.º 0148/2016-MF (fls. 493/502), divergiu parcialmente do entendimento do Órgão Técnico, nos termos parcialmente transcritos:

(...)

11. *O Ministério Público, com as devidas vênias, diverge parcialmente do entendimento do órgão técnico.*

12. *A despeito das graves irregularidades evidenciadas e não elididas pelos defendentes, processos indicados pelo órgão técnico com influência no julgamento de contas anuais que também tratam de irregularidades graves ensejam o sobrestamento do julgamento até os seus deslindes. Nesse sentido, a princípio, o sobrestamento do julgamento em face das irregularidades apuradas no Processo n.º 3770/04 é medida que se impõe.*

13. *Tendo em vista que se julga, em sede de contas anuais, a inteira gestão, o exercício da ampla defesa e do contraditório deve contemplar todas as irregularidades evidenciadas, de modo a que o responsável tenha oportunidade de se defender adequadamente (o julgamento se dá em face da totalidade do conjunto de falhas e irregularidades evidenciadas e do reflexo dessas na gestão do exercício). Até porque eventuais sanções, como aplicações de multas e inabilitação para o exercício de cargos e funções comissionadas, que venham a ser impostas aos responsáveis, atreladas a possível julgamento pela irregularidade das suas contas anuais, demandam sejam todas as falhas e irregularidades evidenciadas no exercício sopesadas para a devida gradação dessas sanções.*



14. No contexto deste autos, excepcionalmente procedeu-se a audiência inicial em relação às irregularidades apontadas no Relatório de Auditoria nº 53/2008. Assim se procedeu com o fim específico de colher informações necessárias e suficientes, evitando-se, no caso, o perecimento de provas. Com isso, buscou-se resguardarem-se os Princípios da Ampla Defesa e do Contraditório, de modo que, quanto antes oportunizadas as manifestações dos justificantes, mais eficiente a produção de provas, tanto quanto bem mais estruturado os autos.

15. Contudo, tal procedimento, que fugiu à regra, não justifica ignorar irregularidades graves já apuradas e decididas, como é o caso da mencionada condenação por improbidade administrativa em sede de ação civil pública, sob pena de julgamento falho. Destarte, faz-se necessária a realização da audiência do Sr. José Geraldo Maciel nesse particular.

16. Também as irregularidades graves apuradas no mencionado Processo nº 7980/07 ensejam compor essa audiência do Sr. José Geraldo Maciel e audiência do Sr. José Maria Freire.

17. Ressalta o MPC que a “prestação jurisdicional” do e. TCDF, citada pelo órgão técnico, sem desmerecer o aspecto da celeridade, que deve ser sempre buscada, implica, precipuamente, em “bem julgar”, não se devendo, nesse mister, renegar a um segundo plano questões meritórias, em especial irregularidades evidenciadas e conhecidas na gestão que será objeto de julgamento, resguardando-se os direitos à ampla defesa e ao contraditório, constitucionalmente assegurados.

18. Nesses termos, o MPC, com as devidas vênias, diverge parcialmente do entendimento do órgão técnico, e pugna, preliminarmente, pelo sobrestamento do julgamento até o deslinde do Processo nº 3770/04. Opcionalmente, se assim não entender o e. Plenário, pugna o Parquet pela realização das audiências, com vistas ao julgamento de suas contas anuais como irregulares, aplicação de multa e sanção, dos Srs. José Geraldo Maciel, em face das irregularidades objeto do Processo nº 7980/07 e da Ação Civil Pública Processo TJDF nº 2008.01.1.020152-4, e José Maria Freire, ante as irregularidades objeto do Processo nº 7980/07, bem como por se acolher, na íntegra, a sugestão VI alvitada pelo órgão técnico, transcrita neste parecer.

(...)



Na S.O. nº 4.859, de 26.04.2016, a Corte deliberou, mediante a Decisão nº 1.918/2016 (fl. 523), nos seguintes termos:

*O Tribunal, por unanimidade, de acordo com o voto do Relator, decidiu: I – tomar conhecimento das razões de justificativa apresentadas pela Sr<sup>a</sup>. Ângela Ramos (fls. 407/420), pelo Sr. Ivaldo de Mesquita Veras (fls. 421/424) e pelo Sr. José Geraldo Maciel em conjunto com os Srs. José Maria Freire e Ornel Costa de Azevedo (fls. 425/445); II – ter por parcialmente atendida a Decisão nº 2.877/14; III – determinar que no prazo de 30 (trinta) dias: a) a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF informe a esta Corte o andamento da apuração em relação ao Processo de Suprimento de Fundos nº 284.000.567/2006; b) a Controladoria-Geral do Distrito Federal – CGDF instaure procedimento investigatório e, se necessário, tomada de contas especial quanto às impropriedades apontadas no item 5.2 (indícios de prejuízo para a SES/DF na execução de convênio por instituição conveniente) do Relatório de Auditoria nº 53/2008; IV – sobrestar o julgamento das contas em análise, até o deslinde do Processo TCDF nº 3.770/04;(...) (grifei)*

A Unidade Técnica, por intermédio da Informação nº 95/2017 – SECONT/2ªDICONT\* (fls. 599/614), examinou o deslinde do Processo nº 3.770/04, que fundamentou o sobrestamento dos autos, bem como o atendimento das diligências à SES/DF e à CGDF. São suas palavras:

“(…)”

#### DO JULGAMENTO

30. Tendo em vista as análises procedidas nesta instrução e o deslinde dos Processos nºs 3.770/2004, 19.248/2010, 5.555/2011, 5.539/2011 e 5.547/2011, somos pelo levantamento do sobrestamento imputado pela Decisão nº 1.918/2016 (cópia de fl. 523).

31. Tomando por base as análises despendidas na Informação nº 445/2015 – SECONT/2ªDICONT, fls. 459/492, e nesta instrução, deve a Corte considerar atendidas as determinações constantes do item III da Decisão nº 1.918/2016 e julgar **irregulares**, com fundamento no artigo 17, inciso III, “b”, da Lei Complementar n.º 1/1994, as contas dos **Srs. José Geraldo Maciel, José Maria Freire e Ornel Costa de Azevedo**, referentes à gestão do exercício financeiro de 2006 da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF, em razão das irregularidades constantes dos subitens 2.1.5 (Notas fiscais emitidas, pendentes de pagamentos e sem

\* As folhas indicadas com (\*) referem-se às folhas do apenso - Processo nº 040.001.710/2014.



informação de autuação de processos de pagamento), 4.1.1.1 (Falhas na Concorrência nº 2/2006-CPLS/SES – Processo nº 060.006.652/2006), 4.2.1 (Ausência de contrato e de emissão de nota de empenho) e 5.7 (Convênio nº 001/2005 – SES x Fundação Zerbini - Processo nº 060.005.689/2006) do Relatório de Auditoria n.º 53/2008 (fls. 664/730 do Processo n.º 040.002.592/2007), bem como, quanto aos Srs. **José Geraldo Maciel e José Maria Freire**, das irregularidades tratadas no âmbito do Processo n.º 7.980/2007 (parágrafo 122 da Informação nº 445/2015 – SECONT/2ªDICONTE, fls. 459/492).

32. Ainda, deve o Tribunal julgar: a) **regulares com ressalvas**, com fundamento no artigo 17, inciso II, da Lei Complementar n.º 1/1994, as contas da **Sra. Ângela Ramos**, referentes à gestão do exercício financeiro de 2006 da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF, em razão das impropriedades constantes dos subitens 2.1.2 (Procedimento adotado pela SES/DF para autuação de processos demonstrou ser antieconômico e dificulta a fiscalização pelo controle interno), 9.1 (Preenchimento incompleto de campos da documentação relativa ao uso de carro oficial), 9.2.7 (Controle na utilização de veículos – consumo excessivo de combustível) e 9.2.8 (Veículos a serem leiloados expostos à ação do tempo) do Relatório de Auditoria n.º 53/2008 (fls. 664/730 do Processo n.º 040.002.592/2007); b) **regulares com ressalvas**, com fundamento no mesmo dispositivo legal citado, as contas dos agentes de material (i) **Kênio Marlos Lemes Martins**, em razão das impropriedades constantes dos subitens 4.1.4.3 (Controles deficientes no recebimento de órteses e próteses) e 9.2.3 (Farmácia do Hospital Regional de Taguatinga – HRT); (ii) **José Paulo Vieira de Castro**, em razão das impropriedades constantes dos subitens 9.2 (Inventário de materiais) e 9.2.6 (Materiais inservíveis ou obsoletos mantidos em estoque); (iii) **Luiz Gonzaga Guimarães, Kátia Martins da Silva e Paulo Fernando Andrade**, em razão da impropriedade constante do subitem 9.2.1 (Farmácia Central); e (iv) **Fernando Cordeiro de Lima**, em razão da impropriedade constante do subitem 9.2.5 (Farmácia de Ações Judiciais), todos do Relatório de Auditoria n.º 53/2008 (fls. 664/730 do Processo n.º 040.002.592/2007);

33. Por fim, deve a Corte julgar **regulares**, com fundamento no artigo 17, inciso I, da Lei Complementar n.º 1/1994, as contas dos agentes de material listados no item 2.2 da Informação nº 154/2013 – SECONT/2ªDICONTE (fls. 178/183), excluídos aqueles relacionados no item anterior, bem como dos gestores **Ronaldo Mendes de Oliveira Castro Filho e Regina Célia Baptista Lage**.



### SUGESTÕES

34. *Ante o exposto, sugerimos ao egrégio Plenário que:*

- I. *tome conhecimento da presente Informação;*
- II. *levante o sobrestamento determinado pelo item IV da Decisão nº 1.918/2016;*
- III. *considere procedentes as razões de justificativa apresentadas pelo Sr. Ivaldo de Mesquita Veras, então Diretor de Contabilidade, Orçamento e Finanças da SES/DF, insubsistindo, portanto, atos que ensejem a aplicação da multa capitulada no art. 57, II, da Lei Complementar n.º 1/1994;*
- IV. *julgue:*
  - a. ***irregulares**, com fundamento no artigo 17, inciso III, “b”, da Lei Complementar n.º 1/1994, as contas dos Srs. José Geraldo Maciel, José Maria Freire e Ornel Costa de Azevedo, referentes à gestão do exercício financeiro de 2006 da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF, em razão das irregularidades constantes dos subitens 2.1.5 (Notas fiscais emitidas, pendentes de pagamentos e sem informação de autuação de processos de pagamento); 4.1.1.1 (Falhas na Concorrência nº 2/2006-CPLS/SES – Processo nº 060.006.652/2006); 4.2.1 (Ausência de contrato e de emissão de nota de empenho); e 5.7 (Convênio nº 001/2005 – SES x Fundação Zerbini - Processo nº 060.005.689/2006), todos do Relatório de Auditoria n.º 53/2008 (fls. 664/730 do Processo nº 040.002.592/2007), bem como, quanto aos Srs. José Geraldo Maciel e José Maria Freire, daquelas tratadas no âmbito do Processo n.º 7.980/2007 (parágrafo 122 da Informação nº 445/2015 – SECONT/2ª DICONTE, fls. 459/492);*
  - b. ***regulares com ressalvas**, com fundamento no artigo 17, inciso II, da Lei Complementar n.º 1/1994, as*



*contas da Sr.<sup>a</sup> Ângela Ramos, referentes à gestão do exercício financeiro de 2006 da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF, em razão das impropriedades constantes dos subitens 2.1.2 (Procedimento adotado pela SES/DF para autuação de processos demonstrou ser antieconômico e dificulta a fiscalização pelo controle interno); 9.1 (Preenchimento incompleto de campos da documentação relativa ao uso de carro oficial); 9.2.7 (Controle na utilização de veículos – consumo excessivo de combustível); e 9.2.8 (Veículos a serem leiloados expostos à ação do tempo), todos do Relatório de Auditoria n.º 53/2008 (fls. 664/730 do Processo n.º 040.002.592/2007);*

*c. regulares com ressalvas, com fundamento no artigo 17, inciso II, da Lei Complementar n.º 1/1994, as contas dos agentes de material (i) **Kênio Marlos Lemes Martins**, em razão das impropriedades constantes dos subitens 4.1.4.3 (Controles deficientes no recebimento de órteses e próteses) e 9.2.3 (Farmácia do Hospital Regional de Taguatinga – HRT); **José Paulo Vieira de Castro**, em razão das impropriedades constantes dos subitens 9.2 (Inventário de materiais) e 9.2.6 (Materiais inservíveis ou obsoletos mantidos em estoque); (ii) **Luiz Gonzaga Guimarães, Kátia Martins da Silva e Paulo Fernando Andrade**, em razão da impropriedade constante do subitem 9.2.1 (Farmácia Central); e (iii) **Fernando Cordeiro de Lima**, em razão da impropriedade constante do subitem 9.2.5 (Farmácia de Ações Judiciais) todos do Relatório de Auditoria n.º 53/2008 (fls. 664/730 do Processo n.º 040.002.592/2007);*

*d. regulares, com fundamento no artigo 17, inciso I, da Lei Complementar n.º*



*1/1994, as contas dos agentes de material listados no item 2.2 da Informação n.º 154/2013 – SECONT/2ª DICONT (fls. 178/183), excluídos aqueles relacionados no item anterior, bem como dos gestores **Ronaldo Mendes de Oliveira Castro Filho e Regina Célia Baptista Lage**;*

- V. *considere atendidas as determinações constantes no item III da Decisão nº 1.918/2016;*
- VI. *delibere sobre a aplicação da penalidade prevista no parágrafo único do art. 20 da Lei Complementar n.º 1/1994 aos responsáveis indicados no item IV, alínea “a”, notificando-os, se for o caso, para recolherem o valor devido no prazo de 30 (trinta) dias e autorizando, desde logo, a adoção das medidas prevista no art. 29 da mesma norma;*
- VII. *considere quites com o erário distrital, no tocante ao objeto desta TCA, os gestores nominados no item IV, “b”, “c” e “d” retro, em conformidade com os termos da Decisão nº 50/1998, proferida na Sessão Extraordinária Administrativa de 15.12.98, e em consonância com o art. 24 da LC nº 1/1994;*
- VIII. *determine aos atuais gestores da Secretaria de Estado de Saúde, com base no art. 19 da LC nº 1/1994, que adotem medidas necessárias à correção das impropriedades apontadas no Relatório de Auditoria n.º 53/2008 (fls. 664/730 do Processo nº 040.002.592/2007), de modo a prevenir a ocorrência de outras semelhantes.*

(...)

O douto *Parquet*, mediante o Parecer nº 0630/2017-MF (fls. 615/620), diverge do entendimento da Unidade Técnica, nos termos parcialmente transcritos:

(...)

9. *Após as análises realizadas tanto pelo Controle Interno quanto pelo Controle Externo, os seguintes pontos do Relatório de Auditoria nº 53/2008 (fls. 664/730 do Processo*



*n.º 040.002.592/2007) motivaram a proposição de julgamento pela irregularidade das contas dos Srs. José Geraldo Maciel, José Maria Freire e Ornel Costa de Azevedo:*

Subitem/falha	Descrição	Fls.
2.1.5	Notas fiscais emitidas, pendentes de pagamentos e sem informação de autuação de processos de pagamento	670/671
4.1.1.1	Falhas na Concorrência nº 2/2006-CPLS/SES - Processo nº 060.006.652/2006	673/675
4.2.1	Ausência de contrato e de emissão de nota de empenho	684
5.7	Convênio nº 001/2005 – SES x Fundação Zerbini - Processo nº 060.005.689/2006	696/703

10. *Acerca do subitem 2.1.5, entende-se que a falha não possuiu o condão de macular as contas dos gestores como um todo, de forma a amparar o julgamento pela irregularidade das contas. Conforme as justificativas apresentadas e analisadas pela instrução, verifica-se que há casos em as falhas nos processos de pagamento decorrem dos próprios prestadores de serviço, de forma que não é razoável imputar a gestão como irregular em decorrência desses fatos, que devem impor ressalvas à gestão.*

11. *Conclui-se, do mesmo modo, com relação ao subitem 5.7. Ao se analisarem os autos, verifica-se que os fatos foram objeto da TCE nº 28.270/2007, que, em recente Decisão nº 3.206/2017, de 06/07/2007 (e-DOC 312ECDB6), aplicou multa à Fundação Zerbini e a seu representante legal pela ausência de prestação de contas parcial das despesas realizadas no período de junho a setembro de 2006 com recursos recebidos por meio do Convênio nº 1/05 (Programa Família Saudável), celebrado com a Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, sem incluir responsabilidade aos gestores da SES/DF. Todavia, no Processo nº 10.746/05, instaurado com o objetivo de analisar esse mesmo convênio, houve aplicação de multa ao Sr. José Maria Freire (Decisão nº 7.723/2008) em função de ter autorizado as liberações e transferências de recursos à Fundação Zerbini, referentes às 3ª, 4ª e 5ª parcelas sem a manifestação formal dos executores acerca da efetiva e regular prestação dos serviços pela contratada, porém os fatos ocorreram em 2005, período não avaliado na presente TCA. Dessa forma, conclui-se que tal fato não deve ser imputado aos responsáveis ora avaliados.*

12. *No entanto, com relação aos subitens 4.1.1.1 e 4.2.1, este MPC acompanha as conclusões da instrução, no sentido de que tais falhas maculam a gestão de forma a ensejar o julgamento pela irregularidade das contas. São irregularidades graves, na medida em que demonstram a*



*inércia dos gestores em adotar as medidas necessárias para a realização das contratações que regularizariam a prestação dos serviços de manutenção preventiva e corretiva em caldeiras da rede hospitalar do Distrito Federal. Ressalta-se que os serviços estavam sendo executados via contrato emergencial nº 30/2008, o qual seria encerrado em 02/06/2006 e que apenas em 10/05/2006 foi apresentado Projeto Básico para subsidiar a licitação. Dessa forma os serviços acabaram sendo prestados sem o devido amparo contratual, o que colocou em risco o contínuo funcionamento da rede hospitalar do DF.*

13. *Todavia essas não são as únicas falhas a serem sopesadas no julgamento desta Tomada de Contas Anual. Conforme mencionado no Parecer nº 148/2016-MF (fls. 493/502), o Sr. José Geraldo Maciel (gestor ora avaliado) foi condenado por ato de improbidade administrativa na Ação Civil Pública nº 2008.01.1.020152-4 (contratação pública sem prévio processo licitatório), fato que deve ser levado em consideração para o julgamento irregular das contas, visto que o julgamento de uma TCA deve abranger todos os fatos conhecidos a fim de se proceder a um correto julgamento e graduação de possíveis sanções aos responsáveis.*

14. *Nesse sentido, ratificando as conclusões do citado Parecer nº 148/2016-MF, faz-se necessária a audiência do Sr. José Geraldo Maciel para que possa se manifestar acerca da influência da ilegalidade objeto da Ação Civil Pública nº 2008.01.1.020152-4 no julgamento da presente Tomada de Contas Anual.*

15. *Soma-se a isso as irregularidades objeto do Processo nº 7.980/07 (Representação n.º 06/2007 - CF, denúncias de desabastecimento de Medicamentos Excepcionais, em 2006 e 2007, em contraponto à possível existência de recursos federais). Os Srs. José Geraldo Maciel e José Maria Freire foram responsabilizados e multados pela c.Corte diante das graves irregularidades relacionadas à execução do Programa de Aquisição de Medicamentos Excepcionais – PAME, apontadas no Relatório de Auditoria nº 20010.07, que resultaram em severo desabastecimento de medicamentos em 2006 e 2007. Assim, as irregularidades analisadas nesse processo repercutem no julgamento da presente TCA e devem ser objeto de audiência dos gestores.*

16. *Em face do acima exposto, o MPC, com as devidas vênias, diverge do entendimento do corpo técnico e requer que os Srs. José Geraldo Maciel e José Maria Freire sejam chamados em audiência para se manifestarem acerca do impacto nesta TCA dos fatos analisados na Ação Civil Pública nº 2008.01.1.020152-4 e no Processo nº 7.980/2007, ante a*



*possibilidade de julgamento irregular das contas anuais, aplicação de multa e sanção aos responsáveis.*

(...)

A Corte deliberou, na Sessão Ordinária nº 4.973, de 01.08.2017, por meio da Decisão nº 3.697/2017 (fl. 638), nos seguintes termos:

*O Tribunal, por maioria, acolhendo voto do Conselheiro PAULO TADEU, que tem por fundamento o parecer do Ministério Público, decidiu chamar em audiência os Srs. José Geraldo Maciel e José Maria Freire, para se manifestarem acerca do impacto, na TCA em exame, dos fatos analisados na Ação Civil Pública nº 2008.01.1.020152-4 e no Processo nº 7.980/2007, ante a possibilidade de julgamento irregular das contas anuais em apreço, aplicação de multa e sanção aos responsáveis.*

O Corpo Técnico, mediante a Informação nº 192/2017 – SECONT/2ª DICONTE (fls. 707/732), analisou as razões de justificativa apresentadas. São suas palavras:

(...)

### CONCLUSÃO

37. Tendo em vista as análises procedidas nesta instrução, somos que o Plenário pode dar procedência às presentes razões, de forma que os fatos analisados na Ação Civil Pública nº 2008.01.1.020152-4 e no Processo nº 7.980/2007 não impactem na TCA em exame.

38. Entretanto, seguindo a linha adotada na Informação<sup>11</sup> nº 95/2017 – SECONT/2ª DICONTE, fls. 599-614, cabe, neste momento, propor o julgamento pela **irregularidade**, com fundamento no artigo 17, inciso III, “b”, da Lei Complementar nº 1/1994, das contas dos Srs. **José Geraldo Maciel, José Maria Freire e Ornel Costa de Azevedo**, referentes à gestão do exercício financeiro de 2006 da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF, em razão das irregularidades constantes dos subitens 2.1.5 (Notas fiscais emitidas, pendentes de pagamentos e sem

<sup>11</sup> Retomou a análise feita na Informação nº 455/2015 – SECONT/2ª DICONTE, fls. 459-492, que examinou as razões de justificativa apresentadas naquela oportunidade, considerando: a) parcialmente procedentes as ofertadas pelos Srs. José Geraldo Maciel, José Maria Freire e Ornel Costa de Azevedo; b) procedentes as razões entregues pelo Sr. Ivaldo de Mesquita Veras e pela Sra. Ângela Ramos.



informação de autuação de processos de pagamento); 4.1.1.1 (Falhas na Concorrência nº 2/2006-CPLS/SES – Processo nº 060.006.652/2006); 4.2.1 (Ausência de contrato e de emissão de nota de empenho); e 5.7 (Convênio nº 001/2005 – SES x Fundação Zerbini - Processo nº 060.005.689/2006), todos do Relatório de Auditoria n.º 53/2008 (fls. 664/730 do Processo nº 040.002.592/2007).

39. Ainda, deve o Tribunal julgar: a) **regulares com ressalvas**, com fundamento no artigo 17, inciso II, da Lei Complementar n.º 1/1994, as contas da **Sra. Ângela Ramos**, referentes à gestão do exercício financeiro de 2006 da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF, em razão das impropriedades constantes dos subitens 2.1.2 (Procedimento adotado pela SES/DF para autuação de processos demonstrou ser antieconômico e dificulta a fiscalização pelo controle interno), 9.1 (Preenchimento incompleto de campos da documentação relativa ao uso de carro oficial), 9.2.7 (Controle na utilização de veículos – consumo excessivo de combustível) e 9.2.8 (Veículos a serem leiloados expostos à ação do tempo) do Relatório de Auditoria n.º 53/2008 (fls. 664/730 do Processo n.º 040.002.592/2007); b) **regulares com ressalvas**, com fundamento no mesmo dispositivo legal citado, as contas dos agentes de material (i) **Kênio Marlos Lemes Martins**, em razão das impropriedades constantes dos subitens 4.1.4.3 (Controles deficientes no recebimento de órteses e próteses) e 9.2.3 (Farmácia do Hospital Regional de Taguatinga – HRT); (ii) **José Paulo Vieira de Castro**, em razão das impropriedades constantes dos subitens 9.2 (Inventário de materiais) e 9.2.6 (Materiais inservíveis ou obsoletos mantidos em estoque); (iii) **Luiz Gonzaga Guimarães, Kátia Martins da Silva e Paulo Fernando Andrade**, em razão da impropriedade constante do subitem 9.2.1 (Farmácia Central); e (iv) **Fernando Cordeiro de Lima**, em razão da impropriedade constante do subitem 9.2.5 (Farmácia de Ações Judiciais), todos do Relatório de Auditoria n.º 53/2008 (fls. 664/730 do Processo n.º 040.002.592/2007);

40. Por fim, deve a Corte julgar **regulares**, com fundamento no artigo 17, inciso I, da Lei Complementar n.º 1/1994, as contas dos agentes de material listados no item 2.2 da Informação n.º 154/2013 – SECONT/2º DICONTE (fls. 178/183), excluídos aqueles relacionados no item anterior, bem como dos gestores **Ronaldo Mendes de Oliveira Castro Filho e Regina Célia Baptista Lage**.

#### SUGESTÕES

41. Ante o exposto, sugerimos ao egrégio Plenário que:



I. *tome conhecimento:*

- a) *da presente Informação;*
- b) *das razões de justificativa de fls. 643-692, considerando-as **procedentes**, no sentido de afastar o impacto dos fatos analisados na Ação Civil Pública nº 2008.01.1.020152-4 e no Processo nº 7.980/2007 na TCA em exame;*

II. *nos termos da Informação nº 455/2015 – SECONT/2ªDICONT, fls. 459-492, considere:*

- a) ***parcialmente procedentes** as razões de justificativa ofertadas pelos Srs. José Geraldo Maciel, José Maria Freire e Ornel Costa de Azevedo, fls. 425-445 e Anexo I a VII;*
- b) ***procedentes** aquelas entregues pela Sra. Ângela Ramos e pelo Sr. Ivaldo de Mesquita Veras, respectivamente, fls. 407-411 (anexo de fls. 412-420) e 421-422 (anexo de fls. 423-424);*

III. *levante o sobrestamento determinado pelo item IV da Decisão nº 1.918/2016;*

IV. *julgue:*

- a. ***irregulares**, com fundamento no artigo 17, inciso III, “b”, da Lei Complementar nº 1/1994, as contas dos Srs. José Geraldo Maciel, José Maria Freire e Ornel Costa de Azevedo, referentes à gestão do exercício financeiro de 2006 da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF, em razão das irregularidades constantes dos subitens 2.1.5 (Notas fiscais emitidas, pendentes de pagamentos e sem informação de autuação de processos de pagamento); 4.1.1.1 (Falhas na Concorrência nº 2/2006-CPLS/SES – Processo nº 060.006.652/2006); 4.2.1 (Ausência de contrato e de emissão de nota de empenho); e 5.7 (Convênio nº 001/2005 – SES x Fundação Zerbini - Processo nº 060.005.689/2006), todos do Relatório de Auditoria nº 53/2008*



(fls. 664/730 do Processo nº 040.002.592/2007);

b. **regulares com ressalvas**, com fundamento no artigo 17, inciso II, da Lei Complementar nº 1/1994, as contas da **Sr.<sup>a</sup> Ângela Ramos**, referentes à gestão do exercício financeiro de 2006 da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF, em razão das impropriedades constantes dos subitens 2.1.2 (Procedimento adotado pela SES/DF para autuação de processos demonstrou ser antieconômico e dificulta a fiscalização pelo controle interno); 9.1 (Preenchimento incompleto de campos da documentação relativa ao uso de carro oficial); 9.2.7 (Controle na utilização de veículos – consumo excessivo de combustível); e 9.2.8 (Veículos a serem leiloados expostos à ação do tempo), todos do Relatório de Auditoria nº 53/2008 (fls. 664/730 do Processo nº 040.002.592/2007);

c. **regulares com ressalvas**, com fundamento no artigo 17, inciso II, da Lei Complementar nº 1/1994, as contas dos agentes de material (i) **Kênio Marlos Lemes Martins**, em razão das impropriedades constantes dos subitens 4.1.4.3 (Controles deficientes no recebimento de órteses e próteses) e 9.2.3 (Farmácia do Hospital Regional de Taguatinga – HRT); (ii) **José Paulo Vieira de Castro**, em razão das impropriedades constantes dos subitens 9.2 (Inventário de materiais) e 9.2.6 (Materiais inservíveis ou obsoletos mantidos em estoque); (iii) **Luiz Gonzaga Guimarães, Kátia Martins da Silva e Paulo Fernando Andrade**, em razão da impropriedade constante do subitem 9.2.1 (Farmácia Central); e (iv) **Fernando Cordeiro de Lima**, em razão da impropriedade constante do subitem 9.2.5 (Farmácia de Ações Judiciais)



*todos do Relatório de Auditoria n.º 53/2008 (fls. 664/730 do Processo n.º 040.002.592/2007);*

*d. regulares, com fundamento no artigo 17, inciso I, da Lei Complementar n.º 1/1994, as contas dos agentes de material listados no item 2.2 da Informação n.º 154/2013 – SECONT/2ªDICONT (fls. 178/183), excluídos aqueles relacionados no item anterior, bem como dos gestores **Ronaldo Mendes de Oliveira Castro Filho e Regina Célia Baptista Lage**;*

- V. considere atendidas as determinações constantes no item III da Decisão n.º 1.918/2016;*
- VI. delibere sobre a aplicação da penalidade prevista no parágrafo único do art. 20 da Lei Complementar n.º 1/1994 aos responsáveis indicados no item IV, alínea “a”, notificando-os, se for o caso, para recolherem o valor devido no prazo de 30 (trinta) dias e autorizando, desde logo, a adoção das medidas previstas no art. 29 da mesma norma;*
- VII. considere quites com o erário distrital, no tocante ao objeto desta TCA, os gestores nominados no item IV, “b”, “c” e “d” retro, em conformidade com os termos da Decisão n.º 50/1998, proferida na Sessão Extraordinária Administrativa de 15.12.98, e em consonância com o art. 24 da LC n.º 1/1994;*
- VIII. determine aos atuais gestores da Secretaria de Estado de Saúde, com base no art. 19 da LC n.º 1/1994, que adotem medidas necessárias à correção das impropriedades apontadas no Relatório de Auditoria n.º 53/2008 (fls. 664/730 do Processo n.º 040.002.592/2007), de modo a prevenir a ocorrência de outras semelhantes;*

(...)

Por sua vez, o MPjTCDF, por meio do Parecer n.º 075/2018-CF (fls. 734/743), converge parcialmente com o entendimento do Corpo Instrutivo, nos termos parcialmente transcritos:



(...)

58. *Resumidamente, este MPC entendeu, em desacordo com o Corpo Técnico, como improcedentes as razões de justificativas dos Srs. José Geraldo Maciel e José Maria Freire quanto ao reflexo do **Processo nº 7.980/2007** e, por consequência, que os fatos aferidos repercutam como irregularidade às suas contas anuais da SES/DF, no que se refere ao exercício financeiro de 2006, e, com fulcro no artigo 17, inciso III, alínea “b”, da Lei Complementar n.º 01/94, sejam julgadas irregulares.*

59. *Em relação à **Ação Civil Pública nº 2008.01.1.020152-4**, entendo que não deve ter reflexo nas contas em relação ao Sr. José Maria Freire, por não participar da ação, bem como do Sr. José Geraldo Maciel, em razão dos fatos não serem referentes às contas da SES/DF.*

60. *Quanto aos apontamentos de irregularidade em relação aos Srs. José Geraldo Maciel, José Maria Freire e Ornel Costa de Azevedo, constantes dos subitens 2.1.5 (Notas fiscais emitidas, pendentes de pagamentos e sem informação de autuação de processos de pagamento); e 5.7 (Convênio nº 001/2005 – SES x Fundação Zerbini - Processo nº 060.005.689/2006), todos do Relatório de Auditoria n.º 53/2008 (fls. 664/730 do Processo nº 040.002.592/2007); destaco as observações dispostas pelo Parecer nº 630/2017-MF (fls. 615/620), conforme transcrição disposta no §55º deste Parecer.*

61. *Por fim, este MPC/DF aquiesce às demais proposições emanadas pelo Corpo Técnico.*

(...)

É o Relatório.



## VOTO

Tratam os autos de Tomada de Contas Anual – TCA dos ordenadores de despesas, agentes de material e demais responsáveis da Secretaria de Estado de Saúde – SES/DF, referente ao exercício financeiro de 2006.

No âmbito do Processo nº 3.769/2004, relativo à auditoria de regularidade realizada na SES/DF, tendo por fim examinar contratos de prestação de serviços de vigilância armada e desarmada, no período de 1994 a 2006, a Corte, por meio do Item VII da Decisão nº 544/2010 (e-DOC 8DADD302), autorizou o sobrestamento do exame das contas anuais da SES/DF concernentes aos exercícios de 2004 a 2006, em razão das irregularidades apuradas nos contratos de vigilância.

Ao realizar o exame inicial da TCA em tela, o Tribunal, proferiu a Decisão nº 2.877/2014 (fls. 235/236), na qual determinou a audiência dos responsáveis<sup>2</sup>, em face das falhas<sup>3</sup> do Relatório de Auditoria nº 53/2008, expediu diligências à SES/DF, e condicionou o levantamento do sobrestamento dos autos, afastando a eficácia do inciso VII da Decisão nº 544/2010, até a apreciação das razões de justificativa que viessem a ser apresentadas.

---

<sup>2</sup> Sr. Ivaldo de Mesquita Veras (Diretor de Contabilidade, Orçamento e Finanças), Sr. José Geraldo Maciel (Secretário de Estado), Sr. José Maria Freire (Subsecretário de Apoio Operacional), Sr. Ornel Costa de Azevedo (Subsecretário de Apoio Operacional), e Sra. Ângela Ramos (Diretora de Serviços Auxiliares).

<sup>3</sup> subitem 2.1.3-a – descrição genérica aposta em documentos; subitem 2.1.3-b – pagamentos a fornecedores, de exercícios anteriores, pendentes com processos autuados; subitem 2.1.4 – dívidas com fornecedores reconhecidas, publicadas e não pagas; subitem 2.1.5 – notas fiscais emitidas, pendentes de pagamentos e sem informação de autuação de processos de pagamento; subitem 2.1.6 – pendência de pagamentos a fornecedores – prestação de serviços; subitem 4.1.1.1 – falhas na Concorrência nº 2/2006-CPLS/SES – Processo nº 060.006.652/2006; subitem 4.2.1 – ausência de contrato e de emissão de nota de empenho; subitem 5.1 – irregularidades na prestação de contas de convênios firmados com o Ministério da Saúde; subitem 5.5-a – irregularidades verificadas no Convênio 07/2003 – SESDF x CBMDF; subitem 5.5-b – irregularidades verificadas no Convênio 21/2004 – SESDF x CBMDF; subitem 5.7 – Convênio nº 001/2005 – SES x Fundação Zerbini (Processo nº 060.005.689/2006).



O Corpo Técnico, por meio da Informação nº 455/2015 – SECONT/2ªDICONTE (fls. 459/492), analisou as razões de justificativa apresentadas. Ao final, apresentou sugestões para o julgamento das contas, nos termos a seguir:

148. *Ante o exposto, sugerimos ao egrégio Plenário que:*

I. *tome conhecimento das razões de justificativa acostadas às fls. 407/411 (anexo às fls. 412/420), 421/422 (anexo às fls. 423/424) e 425/445 (anexos I a XII);*

II. *julgue, em consequência:*

a) **irregulares**, com fundamento no artigo 17, inciso III, “b”, da Lei Complementar nº 1/1994 c/c o disposto no artigo 167, inciso III, “b”, do RI/TCDF, as contas dos Srs. José Geraldo Maciel, José Maria Freire e Ornel Costa de Azevedo, referentes à gestão do exercício financeiro de 2006 da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF, em razão das irregularidades constantes dos subitens 2.1.5 - Notas fiscais emitidas, pendentes de pagamentos e sem informação de autuação de processos de pagamento; 4.1.1.1 - Falhas na Concorrência nº 2/2006-CPLS/SES – Processo nº 060.006.652/2006; 4.2.1 - Ausência de contrato e de emissão de nota de empenho; e 5.7 - Convênio nº 001/2005 – SES x Fundação Zerbini (Processo nº 060.005.689/2006); do Relatório de Auditoria nº 53/2008 (fls. 664/730 do Processo nº 040.002.592/2007), bem como, quanto aos Srs. José Geraldo Maciel e José Maria Freire, daquelas tratadas no âmbito do Processo nº 7.980/2007 (parágrafo 122 desta instrução);

b) **regulares com ressalvas**, com fundamento no artigo 17, inciso II, da Lei Complementar nº 1/1994 c/c o disposto no artigo 167, inciso II, do RI/TCDF, as contas da Sr.ª Ângela



*Ramos, referentes à gestão do exercício financeiro de 2006 da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF, em razão das impropriedades constantes dos subitens 2.1.2 – Procedimento adotado pela SES/DF para autuação de processos demonstrou ser antieconômico e dificulta a fiscalização pelo controle interno; 9.1 – Preenchimento incompleto de campos da documentação relativa ao uso de carro oficial; 9.2.7 – Controle na utilização de veículos – consumo excessivo de combustível; e 9.2.8 – Veículos a serem leiloados expostos à ação do tempo; do Relatório de Auditoria n.º 53/2008 (fls. 664/730 do Processo n.º 040.002.592/2007);*

c) **regulares com ressalvas**, com fundamento no artigo 17, inciso II, da Lei Complementar n.º 1/1994 c/c o disposto no artigo 167, inciso II, do RI/TCDF, as contas dos agentes de material Kênio Marlos Lemes Martins, em razão das impropriedades constantes dos subitens 4.1.4.3 - Controles deficientes no recebimento de órteses e próteses e 9.2.3 - Farmácia do Hospital Regional de Taguatinga – HRT; José Paulo Vieira de Castro, em razão das impropriedades constantes dos subitens 9.2 - Inventário de materiais e 9.2.6 - Materiais inservíveis ou obsoletos mantidos em estoque; Luiz Gonzaga Guimarães, Kátia Martins da Silva e Paulo Fernando Andrade, em razão da impropriedade constante do subitem 9.2.1 - Farmácia Central; e Fernando Cordeiro de Lima, em razão da impropriedade constante do subitem 9.2.5 - Farmácia de Ações Judiciais; do Relatório de Auditoria n.º 53/2008 (fls. 664/730 do Processo n.º 040.002.592/2007);

d) **regulares**, com fundamento no artigo 17, inciso I, da Lei Complementar n.º



*1/1994 c/c o disposto no artigo 167, inciso I, do RI/TCDF, as contas dos agentes de material listados no item 2.2 da Informação n.º 154/2013 – SECONT/2ªDICONT (fls. 178/183), excluídos aqueles relacionados no item anterior, bem como dos gestores Ronaldo Mendes de Oliveira Castro Filho e Regina Célia Baptista Lage;*

- III. *delibere sobre a aplicação da penalidade prevista no parágrafo único do art. 20 da Lei Complementar n.º 1/1994 aos responsáveis indicados no item II, alínea “a”, notificando-os, se for o caso, a recolher o valor devido no prazo de 30 (trinta) dias e autorizando, desde logo, a adoção das medidas prevista no art. 29 da mesma Lei;*
- IV. *considere, em conformidade com os termos da Decisão n.º 50/1998 e com o disposto nos incisos I e II, do art. 24, da Lei Complementar n.º 1/1994, os responsáveis indicados no item II, alíneas “b”, “c” e “d”, quites com o erário distrital, no que tange à presente tomada de contas anual;*
- V. *considere procedentes as razões de justificativa apresentadas pelo Sr. Ivaldo de Mesquita Veras, então Diretor de Contabilidade, Orçamento e Finanças da SES/DF, insubsistindo, portanto, atos que ensejem a aplicação da multa capitulada no art. 57, II, da Lei Complementar n.º 1/1994;*
- VI. *considere parcialmente cumpridas as diligências indicadas no item V da Decisão n.º 2.877/2014, determinando, adicionalmente, que as seguintes providências sejam ultimadas e informadas ao Tribunal no prazo de 30 (trinta) dias:*
- a) *à Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF que informe o andamento da apuração em relação ao Processo de Suprimento de Fundos n.º 284.000.567/2006;*
  - b) *à Controladoria-Geral do Distrito Federal – CGDF que instaure procedimento investigatório e, se necessário, tomada de contas especial*



*quanto às impropriedades apontadas no item 5.2 (indícios de prejuízo para a SES/DF na execução de convênio por instituição conveniente) do Relatório de Auditoria nº 53/2008;*

(...)

Por sua vez, o Ministério Público de Contas, por intermédio do Parecer nº 0148/2016-MF (fls. 493/502), divergiu parcialmente do entendimento do Órgão Técnico, e pugnou, preliminarmente, pelo sobrestamento do julgamento até o deslinde do Processo nº 3.770/2004.

Opcionalmente, se assim não entendesse o e. Plenário, pugnou o Parquet pela realização das audiências, com vistas ao julgamento de suas contas anuais como irregulares, aplicação de multa e sanção, dos Srs. José Geraldo Maciel, em face das irregularidades objeto do Processo nº 7.980/07 e da Ação Civil Pública Processo TJDFT nº 2008.01.1.020152-4, e José Maria Freire, ante as irregularidades objeto do Processo nº 7.980/07, bem como por se acolher, na íntegra, as sugestões do Órgão Técnico relativas às diligências à SES e à CGDF.

A Corte, por meio da Decisão nº 1.918/2016 (fl. 523), expediu diligências à SES/DF e à CGDF (item III da deliberação), e determinou (item IV da decisão) o sobrestamento do julgamento das contas em análise até o deslinde do Processo nº 3.770/2004 (autuado com a finalidade de verificar a compatibilidade dos preços pagos pela SES na contratação de serviços de conservação e limpeza no período entre 1994 e 2006).

O Corpo Técnico, por intermédio da Informação nº 95/2017 – SECONT/2ªDICONTE (fls. 599/614), examinou o deslinde do Processo nº 3.770/04, que fundamentou o sobrestamento dos autos, bem como o atendimento das diligências à SES/DF e à CGDF. Ao final, apresentou sugestões para o julgamento das contas, nos termos a seguir:

(...)



34. *Ante o exposto, sugerimos ao egrégio Plenário que:*

- I. *tome conhecimento da presente Informação;*
- II. *levante o sobrestamento determinado pelo item IV da Decisão nº 1.918/2016;*
- III. *considere procedentes as razões de justificativa apresentadas pelo Sr. Ivaldo de Mesquita Veras, então Diretor de Contabilidade, Orçamento e Finanças da SES/DF, insubsistindo, portanto, atos que ensejem a aplicação da multa capitulada no art. 57, II, da Lei Complementar nº 1/1994;*
- IV. *julgue:*
  - a. ***irregulares**, com fundamento no artigo 17, inciso III, “b”, da Lei Complementar nº 1/1994, as contas dos Srs. José Geraldo Maciel, José Maria Freire e Ornel Costa de Azevedo, referentes à gestão do exercício financeiro de 2006 da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF, em razão das irregularidades constantes dos subitens 2.1.5 (Notas fiscais emitidas, pendentes de pagamentos e sem informação de autuação de processos de pagamento); 4.1.1.1 (Falhas na Concorrência nº 2/2006-CPLS/SES – Processo nº 060.006.652/2006); 4.2.1 (Ausência de contrato e de emissão de nota de empenho); e 5.7 (Convênio nº 001/2005 – SES x Fundação Zerbini - Processo nº 060.005.689/2006), todos do Relatório de Auditoria nº 53/2008 (fls. 664/730 do Processo nº 040.002.592/2007), bem como, quanto aos Srs. José Geraldo Maciel e José Maria Freire, daquelas tratadas no âmbito do Processo nº 7.980/2007 (parágrafo 122 da Informação nº 445/2015 – SECONT/2ªDICON, fls. 459/492);*
  - b. ***regulares com ressalvas**, com fundamento no artigo 17, inciso II, da Lei Complementar nº 1/1994, as contas da Sr.ª Ângela Ramos,*



referentes à gestão do exercício financeiro de 2006 da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF, em razão das impropriedades constantes dos subitens 2.1.2 (Procedimento adotado pela SES/DF para autuação de processos demonstrou ser antieconômico e dificulta a fiscalização pelo controle interno); 9.1 (Preenchimento incompleto de campos da documentação relativa ao uso de carro oficial); 9.2.7 (Controle na utilização de veículos – consumo excessivo de combustível); e 9.2.8 (Veículos a serem leiloados expostos à ação do tempo), todos do Relatório de Auditoria n.º 53/2008 (fls. 664/730 do Processo n.º 040.002.592/2007);

- c. **regulares com ressalvas**, com fundamento no artigo 17, inciso II, da Lei Complementar n.º 1/1994, as contas dos agentes de material (i) **Kênio Marlos Lemes Martins**, em razão das impropriedades constantes dos subitens 4.1.4.3 (Controles deficientes no recebimento de órteses e próteses) e 9.2.3 (Farmácia do Hospital Regional de Taguatinga – HRT); **José Paulo Vieira de Castro**, em razão das impropriedades constantes dos subitens 9.2 (Inventário de materiais) e 9.2.6 (Materiais inservíveis ou obsoletos mantidos em estoque); (ii) **Luiz Gonzaga Guimarães, Kátia Martins da Silva e Paulo Fernando Andrade**, em razão da impropriedade constante do subitem 9.2.1 (Farmácia Central); e (iii) **Fernando Cordeiro de Lima**, em razão da impropriedade constante do subitem 9.2.5 (Farmácia de Ações Judiciais) todos do Relatório de Auditoria n.º 53/2008 (fls. 664/730 do Processo n.º 040.002.592/2007);
- d. **regulares**, com fundamento no artigo 17, inciso I, da Lei Complementar n.º 1/1994, as contas dos agentes de



*material listados no item 2.2 da Informação n.º 154/2013 – SECONT/2ªDICONT (fls. 178/183), excluídos aqueles relacionados no item anterior, bem como dos gestores **Ronaldo Mendes de Oliveira Castro Filho e Regina Célia Baptista Lage**;*

- V. *considere atendidas as determinações constantes no item III da Decisão n.º 1.918/2016;*
- VI. *delibere sobre a aplicação da penalidade prevista no parágrafo único do art. 20 da Lei Complementar n.º 1/1994 aos responsáveis indicados no item IV, alínea “a”, notificando-os, se for o caso, para recolherem o valor devido no prazo de 30 (trinta) dias e autorizando, desde logo, a adoção das medidas prevista no art. 29 da mesma norma;*
- VII. *considere quites com o erário distrital, no tocante ao objeto desta TCA, os gestores nominados no item IV, “b”, “c” e “d” retro, em conformidade com os termos da Decisão n.º 50/1998, proferida na Sessão Extraordinária Administrativa de 15.12.98, e em consonância com o art. 24 da LC n.º 1/1994;*
- VIII. *determine aos atuais gestores da Secretaria de Estado de Saúde, com base no art. 19 da LC n.º 1/1994, que adotem medidas necessárias à correção das impropriedades apontadas no Relatório de Auditoria n.º 53/2008 (fls. 664/730 do Processo n.º 040.002.592/2007), de modo a prevenir a ocorrência de outras semelhantes.*

(...)

O douto *Parquet*, mediante o Parecer n.º 0630/2017-MF (fls. 615/620), diverge do entendimento da Unidade Técnica.

Quanto aos apontamentos de irregularidades às contas dos Srs. José Geraldo Maciel, José Maria Freire e Ornel Costa de Azevedo, constantes nos subitens 2.1.5 - “Notas fiscais emitidas, pendentes de pagamentos e sem informação de autuação de processos de pagamento” e 5.7



– “Convênio nº 001/2005 – SES x Fundação Zerbini (Processo nº 060.005.689/2006)”, o Ministério Público de Contas entende que não devem impactar como irregularidades a suas contas.

Além disso, requereu que os Srs. José Geraldo Maciel e José Maria Freire fossem chamados em audiência para se manifestarem acerca do impacto nesta TCA dos fatos analisados na Ação Civil Pública nº 2008.01.1.020152-4 e no Processo nº 7.980/2007, ante a possibilidade de julgamento irregular das contas anuais, aplicação de multa e sanção aos responsáveis.

A Corte deliberou, mediante a Decisão nº 3.697/2017 (fl. 638), nos seguintes termos:

*O Tribunal, por maioria, acolhendo voto do Conselheiro PAULO TADEU, que tem por fundamento o parecer do Ministério Público, decidiu chamar em audiência os Srs. José Geraldo Maciel e José Maria Freire, para se manifestarem acerca do impacto, na TCA em exame, dos fatos analisados na Ação Civil Pública nº 2008.01.1.020152-4 e no Processo nº 7.980/2007, ante a possibilidade de julgamento irregular das contas anuais em apreço, aplicação de multa e sanção aos responsáveis.*

O Corpo Técnico, por intermédio da Informação nº 192/2017 – SECONT/2ªDICONTE (fls. 707/732), analisa as razões de justificativa apresentadas. Ao final, sugere à Corte que levante o sobrestamento determinado pelo item IV da Decisão nº 1.918/2016, em consequência, julgue as presentes contas, conforme discriminado a seguir.

(...)

41. Ante o exposto, sugerimos ao egrégio Plenário que:

I. tome conhecimento:

- a) da presente Informação;
- b) das razões de justificativa de fls. 643-692, considerando-as **procedentes**, no sentido de afastar o impacto dos fatos analisados na Ação Civil Pública nº



2008.01.1.020152-4 e no Processo nº  
7.980/2007 na TCA em exame;

II. nos termos da Informação nº 455/2015 –  
SECONT/2ªDICONT, fls. 459-492,  
considere:

- a) **parcialmente procedentes** as razões de justificativa ofertadas pelos Srs. José Geraldo Maciel, José Maria Freire e Ornel Costa de Azevedo, fls. 425-445 e Anexo I a VII;
- b) **procedentes** aquelas entregues pela Sra. Ângela Ramos e pelo Sr. Ivaldo de Mesquita Verás, respectivamente, fls. 407-411 (anexo de fls. 412-420) e 421-422 (anexo de fls. 423-424);

III. levante o sobrestamento determinado pelo item IV da Decisão nº 1.918/2016;

IV. julgue:

- a. **irregulares**, com fundamento no artigo 17, inciso III, “b”, da Lei Complementar nº 1/1994, as contas dos Srs. José Geraldo Maciel, José Maria Freire e Ornel Costa de Azevedo, referentes à gestão do exercício financeiro de 2006 da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF, em razão das irregularidades constantes dos subitens 2.1.5 (Notas fiscais emitidas, pendentes de pagamentos e sem informação de autuação de processos de pagamento); 4.1.1.1 (Falhas na Concorrência nº 2/2006-CPLS/SES – Processo nº 060.006.652/2006); 4.2.1 (Ausência de contrato e de emissão de nota de empenho); e 5.7 (Convênio nº 001/2005 – SES x Fundação Zerbini - Processo nº 060.005.689/2006), todos do Relatório de Auditoria nº 53/2008 (fls. 664/730 do Processo nº 040.002.592/2007);
- b. **regulares com ressalvas**, com fundamento no artigo 17, inciso II, da Lei Complementar nº 1/1994, as contas da Sr.ª Ângela Ramos, referentes à gestão do exercício



*financeiro de 2006 da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal – SES/DF, em razão das impropriedades constantes dos subitens 2.1.2 (Procedimento adotado pela SES/DF para autuação de processos demonstrou ser antieconômico e dificulta a fiscalização pelo controle interno); 9.1 (Preenchimento incompleto de campos da documentação relativa ao uso de carro oficial); 9.2.7 (Controle na utilização de veículos – consumo excessivo de combustível); e 9.2.8 (Veículos a serem leiloados expostos à ação do tempo), todos do Relatório de Auditoria n.º 53/2008 (fls. 664/730 do Processo n.º 040.002.592/2007);*

- c. **regulares com ressalvas**, com fundamento no artigo 17, inciso II, da Lei Complementar n.º 1/1994, as contas dos agentes de material (i) **Kênio Marlos Lemes Martins**, em razão das impropriedades constantes dos subitens 4.1.4.3 (Controles deficientes no recebimento de órteses e próteses) e 9.2.3 (Farmácia do Hospital Regional de Taguatinga – HRT); (ii) **José Paulo Vieira de Castro**, em razão das impropriedades constantes dos subitens 9.2 (Inventário de materiais) e 9.2.6 (Materiais inservíveis ou obsoletos mantidos em estoque); (iii) **Luiz Gonzaga Guimarães, Kátia Martins da Silva e Paulo Fernando Andrade**, em razão da impropriedade constante do subitem 9.2.1 (Farmácia Central); e (iv) **Fernando Cordeiro de Lima**, em razão da impropriedade constante do subitem 9.2.5 (Farmácia de Ações Judiciais) todos do Relatório de Auditoria n.º 53/2008 (fls. 664/730 do Processo n.º 040.002.592/2007);
- d. **regulares**, com fundamento no artigo 17, inciso I, da Lei Complementar n.º 1/1994, as contas dos agentes de material listados no item 2.2 da



*Informação n.º 154/2013 –  
SECONT/2ªDICONT (fls. 178/183),  
excluídos aqueles relacionados no item  
anterior, bem como dos gestores  
**Ronaldo Mendes de Oliveira Castro  
Filho e Regina Célia Baptista Lage;***

- V. *considere atendidas as determinações constantes no item III da Decisão n.º 1.918/2016;*
- VI. *delibere sobre a aplicação da penalidade prevista no parágrafo único do art. 20 da Lei Complementar n.º 1/1994 aos responsáveis indicados no item IV, alínea “a”, notificando-os, se for o caso, para recolherem o valor devido no prazo de 30 (trinta) dias e autorizando, desde logo, a adoção das medidas previstas no art. 29 da mesma norma;*
- VII. *considere quítes com o erário distrital, no tocante ao objeto desta TCA, os gestores nominados no item IV, “b”, “c” e “d” retro, em conformidade com os termos da Decisão n.º 50/1998, proferida na Sessão Extraordinária Administrativa de 15.12.98, e em consonância com o art. 24 da LC n.º 1/1994;*
- VIII. *determine aos atuais gestores da Secretaria de Estado de Saúde, com base no art. 19 da LC n.º 1/1994, que adotem medidas necessárias à correção das impropriedades apontadas no Relatório de Auditoria n.º 53/2008 (fls. 664/730 do Processo n.º 040.002.592/2007), de modo a prevenir a ocorrência de outras semelhantes;*

(...)

Por sua vez, o MPjTCDF, por meio do Parecer n.º 075/2018-CF (fls. 734/743), converge parcialmente com o entendimento do Corpo Instrutivo.

Em relação aos apontamentos de irregularidades às contas dos Srs. José Geraldo Maciel, José Maria Freire e Ornel Costa de Azevedo, conforme já exposto no Parecer n.º 0630/2017-MF (fls. 615/620), o MPC considera que as falhas indicadas nos subitens 2.1.5 “Notas fiscais emitidas,



pendentes de pagamentos e sem informação de autuação de processos de pagamento” e 5.7 – “Convênio nº 001/2005 – SES x Fundação Zerbini (Processo nº 060.005.689/2006)” não devem impactar como irregularidades a suas contas.

No que tange ao reflexo do Processo nº 7.980/2007, entende, em desacordo com o Corpo Técnico, como improcedentes as razões de justificativas dos Srs. José Geraldo Maciel e José Maria Freire e, por consequência, em razão da gravidade das irregularidades, que o fatos aferidos repercutam como irregularidades a suas contas.

Em relação ao impacto da Ação Civil Pública nº 2008.01.1.020152-4 nas presentes contas, aquiesce com o Corpo Técnico quanto a não responsabilização do Sr. José Maria Freire, pois este não figura como réu na ação mencionada.

No tocante ao reflexo da referida ACP nas contas do Sr. José Geraldo Maciel, verifica que a despesa de publicidade, apesar de ter sido solicitada/encaminhada pelo Secretário da SES, ocorreu a cargo da Secretaria de Estado de Governo, que detinha o contrato de publicidade com a empresa<sup>4</sup>.

Por fim, aquiesce com as demais proposições emanadas pelo Corpo Técnico.

Considerando o disposto no art. 16, inciso XXVII, do Regimento Interno<sup>5</sup>, nos termos do documento de fl. 745, fui designado relator deste processo.

A Unidade Técnica e o Ministério Público de Contas convergem no sentido de que os autos estão aptos para julgamento das contas em apreço, tendo em conta que o deslinde do Processo nº 3.770/2004 (autuado

<sup>4</sup> Trata-se do Contrato de agência de publicidade nº 58/2004 (DF/SEG x BRANEZ COMUNICAÇÃO TOTAL LTDA), Processo nº 210.001.644/2004, advindo da Concorrência nº 001/2004 – CEL/SCL/SUCOM/SEF.

<sup>5</sup> Art. 16. Compete ao Presidente: (...) XXVII - redistribuir processos nos casos em que o Conselheiro que preside a instrução do feito for vencido, alterando o mérito da decisão; (...)



com a finalidade de verificar a compatibilidade dos preços pagos pela SES na contratação de serviços de conservação e limpeza no período entre 1994 e 2006) permitiria o exame do mérito das contas em tela, em razão de não impactar no julgamento das presentes contas.

Todavia, lamento discordar dos pareceres neste ponto.

No âmbito do Processo nº 3.769/2004, relativo à auditoria de regularidade realizada na SES/DF, tendo por fim examinar contratos de prestação de serviços de vigilância armada e desarmada, no período de 1994 a 2006, a Corte, por meio do Item VII da Decisão nº 544/2010 (e-DOC 8DADD302), autorizou o sobrestamento do exame das contas anuais da SES/DF concernentes aos exercícios de 2004 a 2006, em razão das irregularidades apuradas nos contratos de vigilância.

Verifico que o Plenário ainda não se manifestou acerca do levantamento do sobrestamento determinado pelo item VII da Decisão nº 544/2010.

Ao pesquisar o Processo nº 3.769/2004, constato que o Tribunal determinou, mediante o item VII da Decisão nº 5.645/2011 (e-DOC EDE2F1B1), a citação dos responsáveis<sup>6</sup> pelo possível dano ao erário identificado. Ainda, por meio do item V, da mesma deliberação, autorizou a conversão dos autos em TCE em autos apartados, nos seguintes termos:

(...)

*V – com fulcro no art. 46 da Lei Complementar no 1/1994, **autorizar a conversão dos assuntos tratados nos Achados 04 e 05 em tomada de contas especial, a ser processada em autos apartados;***

(...)

*VII – com fundamento no art. 13, inciso II, c/c o art. 17, § 2º, alíneas “a” e “b”, da Lei Complementar no 1/1994, autorizar a **citação dos responsáveis** indicados nos §§ 111, 112, 123, 137 e 155 da Informação nº 26/2011, para que, no prazo de 30 (trinta) dias, **apresentem defesa em relação aos fatos***

<sup>6</sup> Empresas Ipanema Segurança Ltda., Confederal Vigilância e Transporte de Valores Ltda. e Brasília Empresa de Segurança Ltda., Srs. Arnaldo Bernardino, **José Geraldo Maciel**, Horácio da Silva Botelho e **José Maria Freire**, de acordo com a **Informação nº 26/2011** (e-DOC 681A4AAD).



apontados no Achado 05 ou recolham, solidariamente, a quantia de R\$ 12.263.599,96, a ser corrigida monetariamente a contar de outubro de 2006, tendo em conta ainda a possibilidade de aplicação das penalidades previstas nos artigos 56 e 60 da Lei Complementar nº 1/1994, c/c o artigo 181 do RI/TCDF;

(...)

Em atendimento ao item V da deliberação supra, foram autuados os Processos nºs 34.918/2011 (Achado 04) e 34.926/2011 (Achado 05), convertidos em Tomada de Contas Especiais.

O Processo nº 34.918/2011 incluiu como responsáveis os gestores de outro exercício. No entanto, o Processo nº 34.926/2011 inclui responsáveis do exercício em tela, quais sejam, Srs. José Geraldo Maciel (Secretário de Estado) e José Maria Freire (Subsecretário de Apoio Operacional).

No bojo do Processo nº 34.926/2011, a Corte, por meio da Decisão nº 1.082/2013<sup>7</sup> (e-DOC AA01BFCE), considerou improcedentes as defesas apresentadas e autorizou a cientificação dos responsáveis, nos termos a seguir:

(...)

II - considerar, no mérito, improcedentes as defesas dos Senhores HORÁCIO DA SILVA BOTELHO, JOSÉ GERALDO MACIEL, JOSÉ MARIA FREIRE, bem como das empresas IPANEMA Segurança Ltda., CONFEDERAL Vigilância e Transporte de Valores Ltda. e BRASILIA Empresa de Segurança Ltda.; III - considerar revel o Senhor ARNALDO BERNARDINO ALVES, nos termos do § 3º do art. 13 da LC n.º 1/94; IV - autorizar, nos termos do § 1º do art. 13 da LC n.º 01/94, a cientificação dos Senhores JOSÉ GERALDO MACIEL, ARNALDO BERNARDINO ALVES e JOSÉ MARIA FREIRE, bem como das empresas IPANEMA Segurança Ltda., CONFEDERAL Vigilância e Transporte de Valores Ltda. e BRASILIA Empresa de Segurança Ltda., para que, no prazo de 30 (trinta) dias, efetuem e comprovem o recolhimento do débito, solidariamente entre servidores e empresas, apurado no quadro constante do § 3º de fls. 41/42,

<sup>7</sup> A deliberação faz referência aos quadros contendo os valores dos prejuízos constantes da Informação nº 184/2012 (e-DOC 6FD75F42).



*atualizado monetariamente de acordo com o art. 1º da Emenda Regimental n.º 13, de 24 de junho de 2003; V - autorizar, nos termos do § 1º do art. 13 da LC n.º 1/94, a cientificação do Senhor HORÁCIO DA SILVA BOTELHO para que, no prazo de 30 (trinta) dias, efetue e comprove o recolhimento do débito, solidariamente entre servidor e as empresas, citadas no item anterior, apurado no quadro constante dos § 22 de fl. 46, atualizado monetariamente de acordo com o art. 1º da Emenda Regimental n.º 13, de 24 de junho de 2003; (...) (grifei)*

As empresas Ipanema Segurança Ltda., Brasília Empresa de Segurança Ltda. e Confederal Vigilância e Transporte de Valores Ltda. e os Senhores José Geraldo Maciel, José Maria Freire, Horácio da Silva Botelho e Arnaldo Bernardino Alves apresentaram recursos de reconsideração. Os recursos foram conhecidos pela Corte, nos termos das Decisões n.ºs 2.718/2013 (e-DOC C37B6046), 4.355/2013 (e-DOC EE96D1D3) e 5.461/2013 (e-DOC 45436C7D).

Ao analisar os recursos de reconsideração, a Unidade Técnica, por meio da Informação n.º 124/2014 – 2ª Divisão de Contas (e-DOC 60146E2B), transcreve a discriminação do prejuízo de acordo com os responsáveis:

(...)

5. *Merece transcrever o Quadro n.º 14 do Relatório de Auditoria n.º 2.0004.05 relativo à responsabilização pelo prejuízo apurado (fls. 232 do Processo n.º 3.769/2004), com ajustes, excluindo os membros da Comissão Especial de Licitação (CEL), conforme consignado no voto lançado no Processo n.º 3.769/2004:*

*Quadro 14: Responsabilização pelo Prejuízo – Preço Acima do Mercado*

<i>Período</i>	<i>Responsabilidade Solidária</i>	<i>Prejuízo Apurado (R\$)</i>
14.10.2004 a 13.10.2005	Arnaldo Bernardino Alves	2.302.381,05
	Horácio da Silva Botelho	
	Brasília Empresa de Segurança Ltda.	



**TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL**  
GABINETE DO CONSELHEIRO PAULO TADEU

e-DOC FA81FAF7  
Proc 27095/2007

Fls.: 791

Proc.: 27.095/07

Alexandre  
Rubrica

<i>Período</i>	<i>Responsabilidade Solidária</i>	<i>Prejuízo Apurado (R\$)</i>
14.10.2004 a 13.10.2005	Arnaldo Bernardino Alves	2.154.236,48
	Horácio da Silva Botelho	
	Confederal Vigilância e Transp. de Valores Ltda.	
	Arnaldo Bernardino Alves	3.667.893,77
	Horácio da Silva Botelho	
	Ipanema Segurança Ltda.	
14.10.2005 a 13.10.2006	José Geraldo Maciel	1.219.350,80
	José Maria Freire	
	Brasília Empresa de Segurança Ltda.	
	José Geraldo Maciel	915.779,27
	José Maria Freire	
	Confederal Vigilância e Transp. de Valores Ltda.	
	José Geraldo Maciel	2.003.958,60
	José Maria Freire	
	Ipanema Segurança Ltda.	
<b>Total do Prejuízo (R\$)</b>		<b>12.263.599,96</b>

(...)

Verifica-se que aos Srs. José Geraldo Maciel e José Maria Freire, e às empresas de vigilância foram imputados o prejuízo solidário de R\$ 4.139.088,67.

A Corte, na última assentada, por intermédio da Decisão nº 4.441/2018 (e-DOC E273FFBD), deliberou nos seguintes termos:

*O Tribunal, pelo voto de desempate da Senhora Presidente, proferido com base no art. 16, VI, do RI/TCDF, que acompanhou o posicionamento do 1º Revisor, Conselheiro INÁCIO MAGALHÃES FILHO, determinou o retorno dos autos à Secont/TCDF, para fins de reinstrução, de modo a levar em consideração no deslinde da matéria o deliberado pelo Poder Judiciário em ações correlatas que tratam da ocorrência de prejuízo em face de contratações promovidas pelo GDF e/ou pela SES/DF, alusivas à vigilância patrimonial (armada e desarmada). (grifei)*



Portanto, considerando que ainda não há decisão de mérito acerca dos recursos de reconsideração interpostos e a influência das irregularidades tratadas no âmbito do Processo nº 34.926/2011, entendo pertinente determinar o sobrestamento do exame das contas anuais até o deslinde do mencionado processo, autuado em atendimento aos itens V e VII da Decisão nº 5.645/2011, no bojo do Processo nº 3.769/2004.

Pelo exposto, VOTO no sentido de que o egrégio Tribunal:

I) tome conhecimento:

- a) da Informação nº 192/2017 – SECONT/2ª DICONTE (fls. 707/732);
- b) do Parecer nº 075/2018-CF (fls. 734/743);

II) determine o sobrestamento do exame dos autos até o deslinde da Tomada de Contas Especial, objeto do Processo nº 34.926/2011, autuado em atendimento aos itens V e VII da Decisão nº 5.645/2011, no bojo do Processo nº 3.769/2004.

III) autorize o retorno dos autos à Secretaria de Contas para as providências pertinentes.

Sala das Sessões, 11 de dezembro de 2018.

**PAULO TADEU**  
**Conselheiro-Relator**